

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/10/2012 a 31/10/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Altivez do Brasil na ONU. Larissa Ramina e Carol Proner – Carta Maior. 01/10/2012.....	4
Países ricos acusam o Brasil na OMC. Jamil Chade – O Estado de São Paulo. 02/10/2012.....	5
Brasil na Defensiva. Deborah Berlinck – O Globo. 02/10/2012.....	7
A Cúpula Aspa. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Editoriais. 02/10/2012.....	8
Dilma faz nova crítica a 'protecionismo disfarçado' de ricos. Lisandra Paraguassu – O Estado de São Paulo. 03/10/2012	9
O anacrônico protecionismo brasileiro – O Globo. 03/10/2012.....	10
Cúpula América do Sul-Árabes evita definição sobre Síria. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo. 03/10/2012	11
Dilma na ONU: Os verdadeiros protecionistas. Paulo Kliass – Carta Maior. 04/10/2012	13
Brasil e Argentina ajustam comércio de produtos agrícolas – Site do MAPA. 04/10/2012.....	16
União Europeia protestará na OMC. Jamil Chade – O Estado de São Paulo. 05/10/2012	17
Paraguai pode voltar a bloco antes de 2013, diz Patriota – Folha de São Paulo. 06/10/2012.....	18
ONU reconhece necessidade de garantir os direitos dos camponeses – Site do MST. 09/10/2012.....	18
Brasil apresenta Produção Integrada Agropecuária em seminário do Mercosul – Site do MAPA. 09/10/2012	20
Protecionismo e competitividade. Rubens Barbosa – O Estado de São Paulo. 09/10/2012	21
O mundo é protecionista. Rubens Barbosa – O Globo. 09/10/2012.....	23
COP-11: começa nova etapa. Luciene de Assis – Site do MMA. 11/10/2012	24
Brasil e OIT assinam acordo para realizar a III Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil em 2013 – Site do MDS. 11/10/2012	25
Brics voltam a falar em banco de desenvolvimento. Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo. 12/10/2012	26
Na mira da OMC - O Estado de S.Paulo. 13/10/2012	27
País negocia volta a Mercosul e Unasul, afirma chanceler – Folha de São Paulo. 13/10/2012.....	28
Brics vão combater juntos barreira comercial. Lisandra Paraguassu – O Estado de São Paulo. 13/10/2012	28
Três países, uma posição – Site do MMA. 16/10/2012	29
Brasil concorre a troféu por travar negociações – O Estado de São Paulo. 17/10/2012.....	30
Conferência sobre Diversidade Biológica termina com garantia de apoio às nações em desenvolvimento – Site do MMA. 18/10/2012	31
Brasil acelera volta do Paraguai ao Mercosul. Lissandra Paraguassu – O Estado de São Paulo. 19/10/2012	33

COP da Biodiversidade termina com compromisso de países ricos. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 20/10/2012	35
Grupo de Política Agrícola da UITA se reúne em Buenos Aires – Site da CONTAG. 24/10/2012.....	36
Mendes encaminhará proposta da FAO no encontro de ministros do Cone Sul – Site do MAPA. 25/10/2012	36
Ministro Pepe Vargas participa da 35ª reunião da Seção Brasileira da Reaf Mercosul – Site do MDA. 25/10/2012	37
Parceria entre Brasil e Noruega apresenta resultados positivos. Lucas Tolentino – Site do MMA. 25/10/2012	38
O desserviço argentino ao Mercosul – O Globo. 25/10/2012	39
Reaf debate acesso à terra e políticas de gênero – Site do MDA. 26/10/2012.....	40
Economia mexicana cresce mais que o dobro do Brasil – O Globo. 28/10/2012	41
Ministério participa da reunião do CAS no Uruguai – Site do MAPA. 29/10/2012	43

**Altivez do Brasil na ONU. Larissa Ramina e Carol Proner – Carta Maior.
01/10/2012**

O tom do discurso brasileiro pode não ter agradado aos que já criticavam a política externa do Governo Lula e do então Chanceler Celso Amorim. O Brasil segue defendendo o multilateralismo, a solução pacífica dos conflitos, o princípio da não intervenção e, portanto, choca-se frontalmente com a posição dos EUA e de algumas potências europeias.

No último 25 de setembro, pela segunda vez a voz feminina da Presidenta Dilma Rousseff inaugurou uma Sessão da Assembleia Geral da ONU, tradição iniciada por Oswaldo Aranha em 1947.

Conforme constatado pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki Moon, a 67ª Sessão teve como pano de fundo um “contexto internacional desordenado”, referindo-se, entre outros fatos, às crises que estão em curso no mundo, às recentes disputas territoriais na Ásia, aos desdobramentos da Primavera Árabe, à ameaça de agressão israelense contra o Irã, bem como às últimas revoltas de grupos muçulmanos com a consequente morte do embaixador dos EUA na Líbia.

Mesmo diante do cenário de turbulências e ameaças belicistas, o discurso brasileiro surpreendeu pela altivez de confrontar pautas de interesse das grandes potências. Começou com temas de economia, destacando o uso da “legítima defesa comercial” contra protecionismos e guerra cambial. Seguiu ressaltando a economia do Brasil como exemplo de crescimento com responsabilidade social, citando percentuais de redução da pobreza. Ao se referir às crises no Oriente Médio e no norte da África, identificou-as como um grito contra a pobreza e a falta de oportunidade, e como signo do ressentimento histórico diante de políticas colonialistas e neocolonialistas.

Sobre a Síria, condenou a violência do governo de Damasco, mas ressaltou a participação das forças externas ao armar a população civil e produzir violência indiscriminada, entendendo que só a negociação pacífica poderia reduzir a catástrofe humanitária naquele país. Em relação às revoltas no mundo islâmico, repudiou a escalada de preconceito islamofóbico que cresce em países ocidentais. Reafirmou o histórico apoio ao reconhecimento do Estado da Palestina, bem como a tradicional posição brasileira quanto à reforma do Conselho de Segurança, criticando a formação de coalizões à revelia e à margem do direito internacional.

Na questão ambiental, destacou a importância da Rio+20 e do documento final: crescer-incluir-proteger-preservar. Sobre a integração, em referência implícita ao golpe no Paraguai, enfatizou que a democracia não está imune a assaltos na América Latina e no Caribe, e que demanda ações do Mercosul e da Unasul. Ao referir-se a Cuba, destacou que os embargos anacrônicos golpeiam sua população. Encerrou o discurso com os jogos olímpicos, destacando a chama olímpica como representativa do respeito às diferenças, mensagem de inclusão e entendimento que devem inspirar a continuidade do fortalecimento e da legitimidade da ONU.

O tom do discurso brasileiro pode não ter agradado aos que já criticavam a política externa do Governo Lula e do então Chanceler Celso Amorim. O Brasil segue defendendo o multilateralismo, a solução pacífica dos conflitos, o princípio da não intervenção e, portanto, choca-se frontalmente com a posição dos EUA e de algumas potências europeias ao atacar a difusão da islamofobia, a ajuda militar à oposição na Síria e, principalmente, a política monetária norte-americana que inundou o mercado de liquidez para valorizar artificialmente o câmbio e prejudicar as exportações de países emergentes.

Não obstante, trata-se de postura que certamente se coaduna com a posição de um país que figura como a 6ª economia do mundo, que detém grandes reservas naturais e minerais, o maior estoque de biodiversidade do planeta, um dos maiores mercados consumidores, mas que, para além da fortaleza estrutural, apresenta-se como alternativa de desenvolvimento por conseguir crescer com inclusão social. O Brasil fala com a autoridade de país que está, mesmo integrando o modo de produção capitalista, tentando encontrar equilíbrio entre acumulação e distribuição de renda.

Embora com tantos obstáculos e desafios a serem superados, a gestão da presidenta Dilma chama a atenção de outras economias e conta com a aprovação recorde de 62% da população.

(*) Carol Proner e Larissa Ramina são Doutoradas em Direito, Professoras do Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia da UniBrasil.

Países ricos acusam o Brasil na OMC. Jamil Chade – O Estado de São Paulo. 02/10/2012

Europa, Japão, EUA e Austrália atacam barreiras e dizem que o País corre sério risco de queda dos investimentos nos próximos anos

Países ricos acusam o Brasil de ter transformado barreiras temporárias em políticas industriais protecionistas, fazem ameaças e dizem que o País corre sério risco de queda dos investimentos estrangeiros nos próximos anos.

O recado foi dado nesta segunda-feira na Organização Mundial do Comércio (OMC), onde o Brasil escutou uma enxurrada de críticas às barreiras criadas pelo governo de Dilma Rousseff. Europa, Japão, Estados Unidos e Austrália advertem que, embora o Brasil tenha prometido que as barreiras seriam apenas medidas criadas em época de crise, elas começam a se eternizar e poderão vigorar pelo menos até 2017, como no caso do setor automotivo.

O tom da reunião foi dado pela União Europeia. "A atitude do Brasil manda um sinal negativo e deve afetar o fluxo de investimentos diretos ao País", declarou Bruxelas. As críticas ocorreram na reunião do Comitê de Investimentos da OMC.

Se os países ainda não lançaram disputas nos tribunais da entidade, diplomatas admitem que vão continuar a pressionar o Brasil. "O governo brasileiro adotou uma tendência preocupante e não podemos deixar que se transforme na nova normalidade", disse a UE.

Um dos assuntos polêmicos foi a redução do IPI dos automóveis. Na avaliação dos países ricos, ao beneficiar empresas com produção nacional, o governo está discriminando bens importados e ferindo regras internacionais. Pior: o que era para ser uma medida temporária em 2011 se transformará em política permanente a partir de 2013, e até 2017.

Para a Europa, o que preocupa não é apenas a lei, mas o fato de ela se transformar em regra para o desenvolvimento do setor automotivo no País. A Austrália não poupou críticas e disse ter "preocupações" diante do que aparenta ser agora uma política permanente de Brasília. Segundo eles, a redução de IPI de 2011 já era irregular.

Para o governo australiano, o novo modelo anunciado em março "mantém as preferências discriminatórias". "O Brasil havia dito aos países que as medidas seriam temporárias. O acesso está condicionado a estabelecer uma fábrica no Brasil e atender às exigências de conteúdo local. Isso discrimina alguns países e favorece outros", insistem.

Teles

Outro ponto de atrito é a questão da telefonia móvel e, uma vez mais, o que parecia ser temporário ganha contornos de ser uma nova política industrial protecionista. Washington e Tóquio questionam as exigências do edital de licitação da faixa de frequência de 2,5 GHz - destinada ao serviço de quarta geração da telefonia móvel (4G).

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estipulou uma exigência de conteúdo nacional mínimo de 60% para quem quisesse participar de licitações, incluindo equipamentos e sistemas. O leilão marcado para 12 de junho arrecadou R\$ 2,9 milhões.

O governo dos EUA deixou clara sua insatisfação com o modelo do leilão e teme que ele continue a ser implementado no País em novas licitações a partir de 2013. A Casa Branca quer saber qual a posição brasileira nos próximos anos em relação à sua política de tecnologia e chega a ironizar o argumento de que o Brasil quer que as operadoras usem "tecnologia brasileira". "Como é que o governo brasileiro vai determinar o que é essa 'tecnologia brasileira'?", questionou a diplomacia americana, em documento enviado ao Itamaraty.

Tóquio atacou na mesma linha e questionou o governo se o mesmo padrão de favorecimento às indústrias nacionais será repetido "quando o Brasil conduzir leilões sobre os direitos de outras frequências".

"Apesar das preocupações levantadas por países em reuniões anteriores, o Brasil conduziu seu leilão", disse a delegação japonesa, destacando o fato de que os vencedores tiveram de se comprometer a comprar tecnologia nacional e adotar 70% de produtos nacionais em projetos de infraestrutura nos próximos cinco anos. "Diante dessas circunstâncias, o Japão pede ao Brasil para explicar como essas exigências serão implementadas de forma a não violar os acordos da OMC."

Brasil na Defensiva. Deborah Berlinck – O Globo. 02/10/2012

Governo reage à pressão de países ricos na OMC contra regime automotivo e celular 4G

GENEBRA Pressionado por seus grandes parceiros comerciais, como Estados Unidos, Europa e Japão, o Brasil contestou ontem, numa reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, as críticas de que estaria se rendendo ao protecionismo, isto é, erguendo barreiras contra produtos estrangeiros, na contramão das regras do comércio internacional. O Brasil justificou suas ações, sobretudo na indústria automobilística, culpando a crise mundial e as medidas de incentivo adotadas pelos países ricos para escapar dela. E disse que tudo o que o governo fez foi o que os outros também fizeram: proteger sua indústria. Duas decisões brasileiras estão na mira dos parceiros: as regras para reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros, taxada de injusta, e as exigências e barreiras na abertura do mercado de telefonia de quarta geração (4G) no Brasil, considerada discriminatórios.

Conteúdo nacional em 4G é alvo de críticas

Não há nenhuma ação formal na OMC - isto é, disputa - contestando as medidas brasileiras. Mas a pressão articulada pelos países ricos é um sinal de impaciência. EUA e Japão estão irritados com as regras para a telefonia 4G, que exigem conteúdo nacional mínimo de 60% para quem quiser participar das licitações para prestação de serviços, fornecimento de equipamentos e sistemas. O primeiro leilão foi em 12 de junho e movimentou R\$ 2,9 milhões.

Num discurso lido pela diplomata Márcia Donner, o Brasil argumentou que as regras de licitação para o 4G foram desenhadas para "melhorar a competitividade num setor brasileiro conhecido por ser aberto".

- Todo o procedimento foi não discriminatório e consistente com as regras da OMC - insistiu a diplomata.

Não satisfeitos, os Estados Unidos partiram para um jogo irônico de perguntas sobre como o governo define "tecnologia brasileira".

- Que critério é esse? A tecnologia tem que ser desenvolvida no Brasil? Tecnologia desenvolvida no Brasil por uma empresa estrangeira ou por estrangeiros trabalhando para empresa brasileira é considerada tecnologia brasileira? - perguntaram representantes dos Estados Unidos.

Mas foi sobre as mudanças no regime automotivo - contestadas sobretudo por União Europeia (UE) e Austrália - que a diplomacia brasileira gastou mais tempo para se explicar.

Diplomata cita câmbio para defender medidas

E a defesa na OMC seguiu à risca a linha do discurso recente da presidente Dilma Rousseff na Assembleia Geral da ONU: ao reduzir o IPI para montadoras que façam

investimentos e produzam seus carros no país, o Brasil não está discriminando as estrangeiras, mas sim se defendendo comercialmente.

- Taxas de câmbio também tiveram um impacto negativo no nosso setor automotivo, já que o real brasileiro continua sobrevalorizado em relação às moedas de seus principais parceiros comerciais, como no caso do euro e do dólar americano - disse Márcia Donner, no discurso.

Além disso, argumentou a diplomata, desde o início da atual crise econômica em 2008, o setor automobilístico brasileiro "teve que lidar com efeitos sistêmicos dos planos de recuperação adotados por vários países desenvolvidos para salvar sua própria indústria automotiva". Márcia Donner passou boa parte do discurso explicando o novo regime automotivo - o Inovar-Auto - que será introduzido em 2013, frisando que ele não será uma mera extensão do atual.

- O novo regime é fundamentalmente diferente. Foi desenhado para permitir à indústria automotiva brasileira a recuperar sua competitividade -justificou.

As explicações brasileiras acabaram com o governo garantindo que todas as três categorias de empresas que poderão participar do novo regime automotivo - as que produzem carros no Brasil, as que comercializam carros no país e as que têm planos de investimentos - vão se beneficiar com incentivos do Inovar-Auto.

A Cúpula Aspa. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Editoriais. 02/10/2012

Encontro, realizado no Peru, reúne dois mundos que ignoram como cada um deles funciona

O Brasil entrou ontem para a 3ª Cúpula Aspa (América do Sul/Países Árabes) com a expectativa de que a tão falada Primavera Árabe gere de fato muitas flores.

"No futuro que se anuncia para o mundo árabe, as possibilidades de cooperação aumentarão", disse o chanceler Antonio Patriota em seu discurso na reunião de chanceleres, que precede o encontro dos governantes, a realizar-se hoje.

É óbvio que o futuro antevisto pelo chanceler é a floração democrática, que, de resto, marca a cúpula de Lima: estava prevista para fevereiro de 2011, justamente quando estouraram as revoltas que se concluiriam com a queda de ditaduras.

Ou seja, o passado árabe são os Mubaraks e Gaddafis. O futuro é uma história que está começando a ser escrita. Seus primeiros capítulos serão seguramente apresentados hoje quando os líderes se reunirem.

"A grande missão da Cúpula Aspa é fazer a reavaliação da Primavera Árabe", diz o embaixador Cesário Melantônio, enviado especial para o Oriente Médio, com a autoridade de quem foi testemunha ocular da revolta no Egito, como embaixador no Cairo.

É natural que seja assim, na medida em que as cúpulas Aspa são no fundo um ponto de encontro entre dois grandes blocos que ignoram amplamente como é o outro lado, como constatou Melantônio.

A ideia do Brasil, ao lançar o projeto, em 2005, era a de buscar compreensão mútua que, uma vez obtida, alicerçaria a cooperação econômica, no fundo o ponto de chegada mais suculento.

Patriota, em seu discurso, jogou números grandiosos sobre o conglomerado Aspa: 750 milhões de habitantes, US\$ 5,4 trilhões de PIB conjunto.

Mas são números ilusórios. Não há convergência entre as políticas. Aliás, nem mesmo no lado sul-americano dá para dizer que as políticas econômicas são coincidentes.

As divergências, dentro de cada bloco, são nítidas no caso do país árabe, a Síria, em que o futuro está em estado de suspensão.

Venezuela e seus sócios bolivarianos vetam qualquer condenação, mesmo retórica, à ditadura Bashar Assad, no que são acompanhados, do lado árabe, por Argélia e Iraque, ao passo que Egito, Arábia Saudita e Qatar querem ver o ditador fora do poder.

Consequência inescapável: a declaração final da cúpula apenas reproduzirá obviedades sobre o drama sírio, embora afirme que, no caso das violações aos direitos humanos, a "responsabilidade primária" é do Estado sírio. Dá para ser lido como uma crítica ao governo Assad ou apenas como uma platitude: todo governo é responsável por evitar violações aos direitos humanos e mais ainda por não praticá-las.

Em todo o caso, há um ponto que unifica os 12 sul-americanos e os 21 árabes (a Síria não foi convidada, por estar suspensa pela Liga Árabe): a defesa do Estado palestino.

Tanto é assim que o comunicado final conterà o agradecimento palestino ao apoio sul-americano à pretensão de que a Palestina seja membro pleno da ONU.

Se a pretensão se concretizar, o futuro do mundo árabe abrirá ainda mais perspectivas para a cooperação.

Dilma faz nova crítica a 'protecionismo disfarçado' de ricos. Lisandra Paraguassu – O Estado de São Paulo. 03/10/2012

Presidente se refere a países que fazem grandes injeções de recursos na economia, provocando desvalorização da moeda

A presidente Dilma Rousseff acusou ontem de "protecionismo disfarçado" os países desenvolvidos que usam a política de "flexibilização quantitativa" - a liberação de recursos para reanimar a economia, que provoca desvalorização da moeda. Foi uma clara resposta ao governo americano, que classificou de protecionistas as medidas brasileiras de aumento do Imposto de Importação de alguns produtos.

Em seu discurso na abertura da 3.^a Cúpula América do Sul - Países Árabes (Aspa), Dilma afirmou que esse tipo de política cria uma competitividade artificial que atinge diretamente os países das duas regiões. "O acesso aos nossos mercados fica extremamente facilitado por essas políticas de desvalorização das moedas, e um protecionismo disfarçado se impõe ao reduzir as importações dos nossos países."

No último dia 20, o representante de Comércio do governo americano, Ron Kirk, enviou uma carta ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, declarando ser protecionista a decisão brasileira de elevar o Imposto de Importação de 100 produtos. Kirk, na carta, pede a suspensão do processo, acusa o governo brasileiro de mirar produtos americanos e faz ameaças veladas de retaliação.

A resposta brasileira foi dura. O Itamaraty classificou de descabidas as reclamações americanas e, no mesmo dia, numa resposta também por carta, Patriota afirmou que o Brasil não iria abdicar de usar instrumentos legítimos de defesa comercial e criticou a expansão monetária adotada pelos EUA. Recentemente, o Federal Reserve, banco central americano, anunciou a compra de US\$ 40 bilhões em títulos para injetar dinheiro na sua economia, o que leva a uma desvalorização do dólar.

"A forte expansão da base monetária, a política monetária expansionista que se chama de flexibilização quantitativa, ao desvalorizar a moeda de alguns países, faz com que esses países sejam artificialmente mais competitivos. O efeito cumulativo dessas políticas expansionistas, combinadas com uma austeridade exagerada, exporta a crise para o resto do mundo e não resolve os graves problemas dos países desenvolvidos como o desemprego galopante e a falta de esperança", criticou Dilma.

Cooperação. Dilma ainda pediu o fortalecimento da cooperação entre as duas regiões como forma de combater a turbulência causada pela crise. "A persistente crise econômica iniciada nos países mais desenvolvidos tem efeitos que se dispersam por todos os países sem nenhuma exceção nos está trazendo novos desafios. As nações árabes e as nações sul-americanas precisam assegurar que as turbulências da economia internacional não criem obstáculos adicionais ao nosso desenvolvimento."

Com um comércio que cresceu 40% apenas entre 2009 e 2011, as duas regiões têm tentado ampliar a cooperação não apenas comercial, mas também política, apesar das visões bastante diferentes.

O anacrônico protecionismo brasileiro – O Globo. 03/10/2012

Surto de fechamento de mercados constam dos compêndios de história econômica como decorrência clássica de recessões globais. Foi, inclusive, o protecionismo, na crise da década de 30 do século passado, que turbinou a chamada Grande Depressão.

Vivida aquela experiência trágica, mesmo num mundo ainda não tão interdependente quanto o de hoje, lideranças mundiais costumam fazer o alerta contra barreiras às importações nesta fase de retração do crescimento mundial, na esteira da crise deflagrada a partir de Wall Street no final de 2008.

Mesmo assim, tem havido casos de obstrução do comércio, sempre em nome da defesa de empregos nos mercados importadores. Se todos fizerem o mesmo movimento, é óbvio que a produção mundial mergulhará em parafuso.

“Brasil assume discurso contra obstáculos ao comércio, porém não pratica o que defende. Corre o risco de se nivelar por baixo, numa região em que está a Argentina”

O Brasil tem ocupado tribunas de instituições multilaterais com um discurso vigoroso contra o protecionismo — mas não pratica o que defende. Assim não fosse, diplomatas do Itamaraty não teriam sido bombardeados por representantes dos Estados Unidos, Europa e Japão em reunião, segunda-feira, na sede da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra.

Não há mocinhos no comércio internacional, ainda mais numa conjuntura de retração dos negócios como a atual. Se os americanos reclamam da taxa em até 25% das importações de uma lista com cem produtos — e virá mais —, também não cumprem determinações da OMC de indenizar o Brasil por conceder subsídios ilegais aos produtores de algodão.

Um erro não justifica outro. Se o Brasil tem razão de reclamar dos americanos no caso do algodão, erra ao criar obstáculos a importações, na tentativa de compensar, da pior maneira possível, a falta de competitividade de setores produtivos nacionais causada pelo famigerado “custo Brasil” — impostos, burocracia, infraestrutura deficiente, mão de obra mal qualificada.

Com isso, transfere a conta do baixo poder de competição ao consumidor interno. Preferível fazer o dever de casa e reduzir o “custo Brasil”. Algo começa a ser executado, reconheça-se, mas a onda protecionista ganha dimensões preocupantes, e faz suspeitar que bolsões existentes no grupo que está no poder desde 2003 contrários ao livre comércio aproveitam a crise mundial para contrabandear uma política anacrônica de fechamento do país, no pior estilo geiseriano.

Nem mesmo a acusação enviesada de que os Estados Unidos executam mais um ciclo de “afrouxamento monetário” para desvalorizar o dólar artificialmente pode servir de biombo para a criação constante de obstáculos às importações.

O Brasil termina se nivelando por baixo, num continente em que existe a Argentina. Por erros próprios, o vizinho, em crise cambial, se torna cada vez mais protecionista, um pária no planeta.

Cúpula América do Sul-Árabes evita definição sobre Síria. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo. 03/10/2012

Reunião não apresenta proposta nem condenação ao ditador Bashar Assad e pede apenas 'fim da violência'

Por mais que o secretário-geral da Liga Árabe, Nabil El-Araby, tenha definido a crise na Síria como "o maior desafio para os países árabes no momento", a 3ª Cúpula Aspa (América do Sul/Países Árabes) não foi além de um óbvio chamamento ao fim da

violência, sem apresentar qualquer proposta ou, ao menos, uma condenação ao ditador Bashar Assad.

O texto cobra uma solução inclusiva e que atenda aos desejos expressos do povo sírio por mais participação na vida política.

É pouco para uma situação que El-Araby diz ser de "hemorragia" e que nenhuma iniciativa da comunidade internacional conseguiu deter.

No conjunto, a Declaração de Lima, o caudaloso documento final, contém 70 pontos, um catálogo de boas intenções, mas que carece de iniciativas concretas para a aproximação entre os 12 países sul-americanos e os 21 árabes (o 22º, a Síria, não foi convidado por estar suspensa pela Liga Árabe).

É compreensível, de todo modo, o excesso de retórica e a pouca concretude do documento: os dois blocos estão apenas no início de um processo de aproximação, que, de todo modo, já gerou a duplicação do intercâmbio comercial desde a primeira cúpula, realizada em 2005.

Em meio à inevitável celebração das coincidências, houve matizes diferentes no tratamento da crise síria durante a cerimônia de inauguração. El-Araby condenou "os crimes do aparato militar do Estado sírio", preferindo uma palavra mais suave ("violência") para criticar as forças opositoras.

Já Dilma Rousseff repetiu a condenação aos dois lados feita na Assembleia-Geral da ONU, ainda que tenha deixado claro que "a maior responsabilidade recai sobre o governo de Damasco".

O discurso de Dilma foi uma cópia-carbono do que dissera na ONU, desde a condenação a qualquer forma de "islamofobia" até a afirmação de que "o reconhecimento do Estado palestino pelas Nações Unidas é a única alternativa plena e consistente" para o que El-Araby chamara antes de "a questão central no mundo árabe".

A presidente brasileira também repetiu o repúdio a qualquer intervenção externa no Irã, sobre a qual há insistentes rumores. Seria, disse a mandatária, "uma violação da carta das Nações Unidas, que desestabilizaria ainda mais a região".

Dilma manifestou seu apoio a um completo desarmamento nuclear e concordou com a proposta da Liga Árabe de convocação de uma conferência internacional para discutir a transformação do Oriente Médio em uma zona livre de armas nucleares, seguindo o exemplo de América Latina/Caribe, que gozam dessa condição desde o Tratado de Tlatelolco (1967).

Ao propor copiar o modelo no Oriente Médio, a Liga Árabe está sutilmente sugerindo que Israel, a única potência nuclear da região, ainda que não o reconheça oficialmente, teria que se desfazer de seu arsenal.

Valeria, em tese, também para o programa nuclear iraniano, ainda que o Irã não seja formalmente parte do Oriente Médio. Mas é impensável que Israel se disponha pelo menos a discutir a questão sem que o Irã esteja incluído no debate.

**Dilma na ONU: Os verdadeiros protecionistas. Paulo Kliass – Carta Maior.
04/10/2012**

Ron Kirk, o principal responsável da equipe de Obama para o comércio exterior, criticou o governo brasileiro por ter adotado medidas consideradas por aquele assessor como protecionistas, além de "prejudiciais ao livre comércio". A resposta brasileira foi firme e objetiva, não se deixando intimidar pelo peso que representa o governo norte-americano no cenário internacional.

A tradicional intervenção da representação brasileira na cerimônia de abertura da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) foi recheada de assuntos importantes e polêmicos. Em 25 de setembro passado, a leitura do discurso foi realizada pela própria Presidenta Dilma e respondeu a uma série de pontos estratégicos relativos à inserção de nosso País no complexo jogo da diplomacia internacional.

As acusações do governo norte-americano

No entanto, um assunto ganhou destaque nos órgãos de imprensa e nos circuitos que operam na interface da economia com as relações internacionais. Trata-se da reafirmação, por parte de nossa representante máxima, de algumas decisões mais recentes da política comercial brasileira.

Essa postura se deveu a reclamações oficiais emitidas por autoridades governamentais de alguns países, em especial dos Estados Unidos. Ron Kirk, o principal responsável da equipe de Obama para o comércio exterior, havia criticado o governo brasileiro por ter adotado medidas consideradas por aquele assessor como protecionistas, além de prejudiciais ao livre comércio e aos interesses econômicos de seu país.

A resposta brasileira foi firme e objetiva, não se deixando intimidar pelo peso que representa o governo norte-americano no cenário internacional e nem pela magnitude nada desprezível de nosso comércio bilateral com aquele país.

O principal argumento utilizado por Dilma foi relativo às conseqüências negativas, para a nossa economia e as dos demais países em desenvolvimento, provocadas pelas medidas adotadas recentemente pelos países mais ricos. É óbvio que a emergência da crise financeira em 2008 e a sua continuidade até os dias atuais têm causado efeitos desastrosos sobre a realidade social e econômica dos países do hemisfério norte. Dessa forma, é perfeitamente compreensível que seus governos estejam buscando saídas para o difícil quadro em que se encontram. Porém, isso não significa que as demais nações sejam obrigadas a assistir de forma passiva a todo esse rearranjo e a aceitar seus efeitos perversos de forma obediente.

A injeção de recursos dos ricos e a valorização cambial dos outros A opção de política econômica adotada pelo Banco Central dos EUA (FED) e pela "troika" do velho continente [Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE) e Comissão Européia (CE)] foi no sentido de salvar as instituições financeiras de seus respectivos espaços econômicos, com o objetivo de evitar um efeito de contaminação em cadeia de todo o sistema capitalista. Isso significou, na prática, a injeção de mais de 1 trilhão de dólares nos mercados financeiros internacionais, ao longo dos últimos anos.

Independentemente das críticas que se possam fazer quanto a essa estratégia adotada pelas autoridades dos países centrais, o fato é que ela possui um importante efeito anticíclico em escala planetária. São valores monetários introduzidos no sistema econômico, operação essa que no jargão do economês é conhecida como “injeção de liquidez”. A intenção é que essa dinheirama toda reanime a economia desfalecida.

No entanto, como os países europeus e da América do Norte estão ainda sob efeito de recessão, com alto desemprego e com reduzido nível de atividade econômica, boa parte desses recursos acabam sendo dirigidos para os países em desenvolvimento, em especial os BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul). Esse movimento tem contribuído para manter uma tendência de sobrevalorização cambial das moedas locais desses países em relação ao dólar norte-americano. Algo parecido ao que temos sentido no Brasil ao longo dos últimos 15 anos: juros internos da SELIC na estratosfera, atraindo recursos externos especulativos, sempre em busca de rentabilidade elevada pelo mundo afora. A inundação de nossos mercados internos por esse tipo de moeda externa provoca uma pressão pela valorização artificial do real, uma vez que a “esperteza” do tripé de política econômica recomenda a bobagem da suposta “liberdade cambial”. O necessário controle do fluxo de capitais especulativos ainda é visto como heresia.

O efeito imediato da valorização cambial é a perda de competitividade de nossas exportações lá fora, em particular dos produtos manufaturados e industrializados. Aliás, é por isso que os economistas críticos dessa irresponsabilidade de crença dogmática na taxa de câmbio “livre” sempre alertávamos para a necessidade de alguma intervenção do governo nesse domínio. Infelizmente foram necessárias muitas perdas e muito sacrifício imposto ao Brasil para que as autoridades se rendessem a tais evidências. Apenas para recuperarmos uma memória recente: entre maio de 2007 e maio de 2012, foram 5 anos em que nossa taxa de câmbio esteve quase o tempo todo abaixo de R\$2 por dólar. Apenas durante 8 meses, no auge da crise financeira de 2008/9, a cotação subiu um pouco, em função da redução justamente do fluxo do capital especulativo. E até mesmo o nível de câmbio atual - em torno de R\$ 2,02 - ainda reflete uma tendência de sobrevalorização, que poderia ser perfeitamente “normalizada” para um nível mais realista, caso o governo adotasse uma política de tributação efetiva sobre o capital especulativo de curto prazo.

Valorização cambial e concorrência desleal

Assim, o fenômeno que ocorre hoje em dia em escala internacional tem mais ou menos a mesma característica. O mundo está sendo invadido por esses recursos em escala trilionária, provocando um efeito de valorização das moedas dos países em desenvolvimento. Aliás, o único país que tem conseguido resistir a tal tendência é a China, pois mantém em seus estoques de reservas internacionais mais da metade da dívida pública norte-americana e adota uma política de intervenção na cotação cambial de sua moeda - o yuan - contra o dólar e o euro.

Essa valorização cambial generalizada resulta em graves conseqüências para o desempenho econômico da maioria dos países que estão fora do eixo dos poderosos – dentre eles, o Brasil. As balanças comerciais dos países periféricos apresentam resultados ainda mais comprometedores, uma vez que suas exportações ficam prejudicadas e suas importações passam a ser mais estimuladas. Caso nada seja feito, as perspectivas são de um aprofundamento ainda maior dos déficits em seu comércio

internacional.

Assim, com o intuito de proteger determinados setores de nossa indústria, o governo brasileiro anunciou, no início de setembro, o aumento das tarifas incidentes sobre uma centena de bens importados. As decisões valem para a proteção no interior do Mercosul e foram atingidos produtos de setores como bens de capital, siderurgia, petroquímica e medicamentos, entre outros. Ou seja, ramos de elevada densidade de capital e significativo valor agregado. As alíquotas médias do Imposto de Importação estavam na faixa de 12% a 18% e foram elevadas para 25%. E foi essa mudança que gerou as tais reclamações explícitas de Ron Kirk, além do jogo de bastidores de representantes de outros países.

A resposta de Dilma: a concorrência desleal vem dos ricos

Para responder à acusação de haver praticado um suposto desrespeito às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), Dilma afirmou que o Brasil é que estava sofrendo os efeitos de uma prática desleal de comércio global. Isso porque as decisões das autoridades econômicas do mundo rico têm o mesmo efeito de oferecer um subsídio às suas exportações ou de estabelecer barreiras às suas importações. Ou seja, por via indireta eram esses países que desrespeitavam as regras de concorrência internacional. Em seu discurso, ela pontuou de forma explícita que:

"Os bancos centrais dos países desenvolvidos persistem em uma política monetária expansionista, que desequilibra as taxas de câmbio. Com isso os emergentes perdem mercado (de produtos de exportação), devido à valorização artificial de suas moedas" (...) "Não podemos aceitar que iniciativas legítimas de defesa comercial por parte dos países em desenvolvimento sejam injustamente classificadas como protecionismo".

Por outro lado, é importante registrar que nem mesmo os parâmetros da OMC foram desrespeitados. Isso porque, apesar do aumento dos impostos, as novas alíquotas ainda estão em patamar abaixo do limite superior de 35% autorizado para tributos de importação sobre produtos industrializados, tal como previsto nas regras da organização.

Em tempos de crise e de dificuldade para retomar as atividades em seus respectivos mercados internos, é compreensível que os governantes dos países mais desenvolvidos apresentem suas reclamações. Faz parte do jogo, inclusive porque dependem politicamente do apoio dos setores e grupos locais envolvidos com tais atividades econômicas. Uma das formas de buscarem a saída para a crise é também aumentarem as vendas para o resto do mundo. E o aumento de nossas tarifas torna esse caminho mais complicado. O relevante, no caso concreto, é o Brasil não se deixar levar pelas broncas recebidas ou pelas lições de "bom mocismo" que nos queiram empurrar goela abaixo.

Retórica liberal e prática protecionista

Afinal, os próprios Estados Unidos e a União Européia são os grandes recordistas de queixas e ações junto à OMC e suas instâncias deliberativas, a exemplo dos antigos e conhecidos subsídios à agricultura e outras medidas protecionistas. O Brasil obteve algumas vitórias importantes nas chamadas "soluções de controvérsia" no interior da organização multilateral, como foi o caso das exportações de suco de laranja e de

algodão para o mercado norte-americano. E existem também algumas pendências a respeito das nossas exportações de carnes (frango e boi) e de açúcar para o continente europeu. Em todos esses questionamentos, as decisões têm sido de reconhecer que há medidas protecionistas e de concorrência desleal adotadas pelos governos daqueles países.

De toda forma, a estratégia de ampliação e diversificação de nossos parceiros, bem como a consolidação do mercado com os vizinhos da América do Sul, nos permite uma maior margem de manobra nas estratégias de comércio internacional. A dependência extrema para com o mercado norte-americano foi sendo paulatinamente substituída por uma ampliação da corrente de comércio crescente com novos países. Desde 2009 que os Estados Unidos foram ultrapassados do posto de principal nação parceira do Brasil. A China passou a ocupar esse lugar de maior volume de fluxo comercial – somatório de valores de exportações e importações. Na verdade, talvez as próximas pendências brasileiras a respeito de reclamações contra práticas desleais de comércio internacional venham a ocorrer a respeito das complexas relações com o gigante asiático, que tampouco respeita parte das regras previstas pela OMC. Engana-se redondamente quem tiver a ilusão de que existe algum “bonzinho” atuando nesse jogo pesado de grandes potências, todas elas com algum grau de vocação imperialista.

Apregoar condutas e regras de liberalismo pelo mundo afora sempre foi a marca dos países hegemônicos do capitalismo, em especial os Estados Unidos. E isso vale tanto para governos dominados pelos democratas como pelos republicanos. Mas essa tentativa de doutrinação ideológica pelos 5 continentes quase nunca está acompanhada pela aplicação desses mesmos princípios – ditos “liberais” - em seu próprio território. E o mais grave é que esse descompasso entre “discurso para fora” e “prática para dentro” revela-se ainda mais evidente em épocas de crise econômica e em períodos eleitorais. Então, fica combinado assim: respondemos na lata, mas damos um certo desconto para essa declaração do assessor do Obama. Afinal, com Romney a coisa seria ainda muito pior!

Paulo Kliass é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do governo federal e doutor em Economia pela Universidade de Paris 10.

Brasil e Argentina ajustam comércio de produtos agrícolas – Site do MAPA. 04/10/2012

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, anunciou o entendimento com o embaixador da Argentina em Brasília, Luis María Kreckler, para que seja restabelecida a entrada dos diversos tipos de cortes de carnes suínas brasileiros naquele país.

Também houve acerto quanto ao processo de liberação pelo governo brasileiro das importações de maçã, pera e marmelo da Argentina.

Em um comunicado, Kreckler disse que o sucesso dessas negociações realizadas pelo Ministério do Comércio, a Embaixada da Argentina no Brasil e do Ministério da Agricultura, é o resultado do compromisso com os mais elevados níveis de ambos os governos em priorizar os canais de diálogo. O Ministro Mendes Ribeiro, por sua vez,

registrou que a busca do consenso e do entendimento é o melhor caminho para que ambos países sejam mais fortes, juntos, do que a simples soma de suas forças individuais.

União Europeia protestará na OMC. Jamil Chade – O Estado de São Paulo. 05/10/2012

Com a acusação de que o Brasil está 'perpetuando' barreiras, UE vai buscar apoio de outros governos para questionar regime automotivo

A União Europeia acusa o governo brasileiro de estar "perpetuando" barreiras no setor automotivo até 2017 e diz que a medida viola a promessa de que os incentivos dados em 2011 a certas montadoras seriam temporários. Bruxelas promete voltar a levar o tema à Organização Mundial do Comércio (OMC) a partir da próxima semana e já está costurando alianças com outros governos para engrossar o coro contra a política brasileira.

A avaliação é que, apesar das mudanças em relação ao projeto de 2011, a política automotiva continua a discriminar produtos importados e feitos no Brasil, com uma taxa de conteúdo nacional.

Para diplomatas da União Europeia, o governo brasileiro apenas mudou alguns pontos da lei e criou medidas para dar um tom tecnológico ao projeto. Mas manteve a discriminação.

O que mais preocupa a União Europeia é que, tendo em vista a duração do projeto até 2017, na prática o Brasil estaria criando novas regras para o comércio automotivo para toda uma década, justamente num dos mercados de maior potencial para as exportações de montadoras europeias que ainda não estão no Brasil.

Para as autoridades europeias, parte da recuperação da indústria local virá por meio das exportações, já que o mercado doméstico continuará estagnado por mais dois anos.

Uma fonte indicou que a União Europeia voltará a levar o assunto à OMC, ainda que por enquanto a queixa permaneça em comitês específicos.

Os europeus admitem que também estão estudando com o setor privado um eventual pedido de abertura de um caso nos tribunais. Mas reconhecem que isso vai além de uma discussão técnica. "Esse é um assunto político e, portanto, a decisão final também é política", disse o negociador.

Outros países. Outra medida da Europa será a de reunir países que potencialmente sejam afetados pelo novo regime automotivo para que façam pressão e declarações de ameaça na OMC.

Um dos objetivos dos europeus é de ter ao seu lado o México e a Coreia do Sul, para demonstrar que a briga não é apenas entre países ricos contra um emergente. Os sul-coreanos chegaram a levar o assunto à OMC, mas a pressão não foi considerada suficiente pelos europeus.

No início da semana, europeus e australianos fizeram questão de cobrar respostas por parte do governo brasileiro e chegaram a fazer ameaças, alertando que a manutenção do programa até 2017 iria afetar os investimentos no Brasil.

"O Brasil havia dito aos países que as medidas seriam temporárias", queixou-se a Austrália na segunda-feira, na OMC. "O dito acordo temporário está aprofundando o acesso a uns e não a outros", declarou a delegação australiana. "O acesso está condicionado a estabelecer uma fábrica no Brasil e atender às exigências de contido local. Isso discrimina alguns países e favorece outros", insistiu a Austrália, que afirmou ter preocupações "sistêmicas" com as medidas.

O governo brasileiro respondeu, alegando que o regime está dentro das regras da OMC e que seria uma iniciativa para, no fundo, conter o impacto dos resgates que americanos e europeus deram a suas montadoras.

Paraguai pode voltar a bloco antes de 2013, diz Patriota – Folha de São Paulo. 06/10/2012

Mercosul suspendeu o país após saída de Lugo

O retorno do Paraguai ao Mercosul pode acontecer antes das eleições presidenciais do país, marcadas para o ano que vem, caso os demais membros do bloco entendam que a democracia foi restabelecida, disse ontem o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Antonio Patriota.

O Paraguai foi suspenso do bloco após o impeachment-relâmpago, em junho, de seu então presidente, Fernando Lugo, acusado de mau desempenho das funções.

Argentina, Brasil e Uruguai repudiaram a decisão do Parlamento, suspenderam politicamente o país do Mercosul e incluíram nele a Venezuela, à revelia dos paraguaios.

"Nossa expectativa é que o Paraguai volte o mais rápido possível, assim que se retomar a vigência democrática", disse Patriota, que se reuniu ontem no Rio com o chanceler uruguaio, Luis Almagro.

"Legalmente, (o retorno) poderá ser a partir do momento que os membros decidirem. Pode ser a qualquer momento", acrescentou.

ONU reconhece necessidade de garantir os direitos dos camponeses – Site do MST. 09/10/2012

O Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas adotou uma resolução chave sobre a necessidade de se criar uma nova ferramenta para os direitos dos mais de um milhão de camponeses e de trabalhadores rurais do mundo inteiro.

A resolução faz parte do relatório do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos Humanos, intitulado "Estudo final do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos

Humanos sobre o avanço dos direitos dos camponeses e outros trabalhadores das zonas rurais”.

A iniciativa é essencial pelo papel chave que os camponeses desempenham na produção de alimentos e os desafios em torno da questão agrária, bem como o crescente número de conflitos em torno da terra e da água, assim como as crises dos preços alimentares e climáticos.

A resolução do Conselho dos Direitos Humanos da ONU foi aprovada no último dia 27 de setembro, depois de 23 Estados membros terem votado a favor, 15 terem se absterido e 9 votaram contra o texto.

Tal estudo foi adotado pela ONU no âmbito do direito à alimentação da 19ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos da ONU. No decurso dessa sessão, a resolução sobre o direito à alimentação foi adotada por consenso.

Direitos

A Via Campesina lutou duramente para acabar com a discriminação aos camponeses, procurando levar às Nações Unidas alternativas que possam ser integradas ao mandato da ONU.

No artigo 1, os conceitos de camponês e de trabalhador rural são definidos e são afirmados os seus direitos à vida, à justiça e à liberdade de associação, opinião e expressão.

Além disso, o artigo reconhece novos direitos que poderiam reforçar a proteção contra a discriminação, como o direito à terra e ao território, às sementes e ao conhecimento agrícola e práticas tradicionais, a meios de produção agrícola, à tecnologia de informação e de agricultura, a liberdade de determinar preços e mercados para a produção agrícola, o direito à proteção dos valores agrícolas locais e o direito a conservar o meio ambiente.

Os protestos para este reconhecimento e para a proteção dos direitos dos camponeses têm sido um processo ascendente. Iniciaram-se na Indonésia há 12 anos, quando uma organização da Via Campesina, Serikat Petani Indonésia (SPI), levou a iniciativa para o nível regional e internacional. Assim, a declaração dos Direitos dos camponeses e camponesas foram criados durante a Conferência Internacional para os Direitos Camponeses, no ano de 2008, em Jakarta. Após consulta de suas organizações, a Via Campesina levou essa iniciativa à ONU.

Gratidão

Com a adoção dessa resolução, a ONU reconhece que a questão da fome não pode ser resolvida sem os camponeses, por desempenharem um papel fundamental na resolução dos problemas da fome, da pobreza e de qualquer questão associada ao clima. Isso determina que as Nações Unidas devam trabalhar por um processo de deliberação entre os países e os trabalhadores do campo.

Além do mais, a ONU também indicou tarefas específicas aos governos nacionais, para que estabeleçam programas e políticas que promovam a soberania alimentar, as condições de vida no campo e a proteção dos camponeses.

Os governos nacionais são tidos por responsáveis legais na proteção dos direitos humanos, nomeadamente no que se refere à alimentação, às condições de vida e aos camponeses. Se algum ator extraterritorial perturbar algum dos direitos supramencionados, o Estado será tido como o primeiro responsável.

Por fim, a resolução implica igualmente que a ONU reconheça estes povos como atores e partes com direitos humanos que têm de ser defendidos. O reconhecimento integral diz respeito a pequenos agricultores proprietários, povos indígenas, mulheres camponesas, trabalhadores sem terra do mundo inteiro, comunidades de Pescadores e grupos de trabalhadores rurais.

Henry Saragih, coordenador geral da Via Campesina, disse que “a importância desta resolução para os camponeses, e de modo mais abrangente, no que diz respeito à agenda dos direitos humanos, não pode ser subestimada. Ao adotar esta resolução, estamos dando um passo na promoção e na proteção dos direitos dos camponeses, nos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos.”

Todavia, salientou que “apesar desse progresso, os camponeses ainda se debatem com a marginalização, a pobreza extrema e outras violações. Muitas vezes somos criminalizados e, por causa das nossas atividades de defesa dos direitos humanos, da terra e dos recursos naturais, somos o segundo grupo que mais corre o risco de ser assassinado. Além disso, os camponeses enfrentam problemas específicos em relação ao acesso à justiça, que deveria protegê-los de ações que violam seus direitos fundamentais, conduzindo a situações de impunidade geral.”

Angelica Llanos, embaixadora da Bolívia, ressaltou que tanto a fome quanto a pobreza ainda predomina nos meios rurais, e os responsáveis por produzir alimentos são os que sofrem as maiores consequências, sobretudo nos países em desenvolvimento. “O Comitê Consultivo concluiu no seu estudo final que as atuais ferramentas internacionais dos Direitos Humanos permaneciam insuficientes para proteger os direitos dos camponeses e dos que trabalham em zonas rurais.”

Por fim, a resolução estipulou que o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas tomasse a decisão de criar um Grupo de Trabalho aberto e intergovernamental, com a tarefa de negociar, finalizar e submeter ao Conselho um projeto de resolução sobre os direitos dos camponeses.

Brasil apresenta Produção Integrada Agropecuária em seminário do Mercosul – Site do MAPA. 09/10/2012

Evento vai debater troca de experiências e consolidação do mercado interno para produtos com agregação de valor

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) vai apresentar a experiência brasileira da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) no III Seminário

de Boas Práticas Agrícolas para Países do Mercosul, quarta e quinta-feira (10 e 11), em Puerto Iguazu, na Argentina. Sensibilização e capacitação de produtores, práticas agrícolas sustentáveis e certificação voluntária de produtos agropecuários com agregação de valor serão alguns destaques da atividade brasileira no evento.

O seminário reúne representantes de país do Mercosul e convidados para o debate e troca de experiências sobre Boas Práticas Agrícolas (BPA), como a harmonização de um protocolo único de BPA que atenda os países participantes no comércio de produtos agrícolas.

Esse debate dará continuidade à reunião de 2011 quando foram constatados graus diferenciados no avanço de boas práticas nos países da América Latina. Essa troca de experiência pode consolidar critérios oficiais conjuntos entre os países para fortalecer o mercado interno. O Brasil será representado por técnicos do Mapa, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e do setor produtivo.

A PI Brasil é um sistema de produção que gera alimentos e demais produtos seguros e de alta qualidade, mediante a aplicação de recursos naturais e regulação de mecanismos para a substituição de insumos poluentes, garantindo a sustentabilidade e viabilizando a rastreabilidade da produção agropecuária.

Protecionismo e competitividade. Rubens Barbosa – O Estado de São Paulo. 09/10/2012

Nas últimas semanas o primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, e o representante comercial dos Estados Unidos, Ron Kirk, expressaram preocupação e criticaram o Brasil pelo aumento de tarifas de importação de alguns produtos industriais, consideradas como protecionistas e contrárias a compromissos contraídos no âmbito do G-20 e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Por outro lado, Estados Unidos, União Europeia (UE), Japão e Austrália também questionaram o Brasil na OMC por ter transformado medidas temporárias, como o conteúdo nacional na licitação da telefonia móvel (G4), a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a nova política automotiva, em políticas industriais permanentes.

O governo brasileiro, a começar pela presidente Dilma Rousseff, respondeu que o Brasil não modificou sua política comercial e que as medidas adotadas visam à legítima defesa dos setores industriais afetados por todas as formas espúrias de manipulação do comércio, inclusive a cambial, que, na prática, anulam as tarifas negociadas pelo Brasil no âmbito da OMC.

O aumento de 200 tarifas, proposto pela Argentina e aceito pelo Brasil, terá duração limitada e está de acordo com as regras da OMC. Apresentadas como ações de defesa comercial, as restrições podem ser vistas no mesmo contexto de outras medidas compensatórias concedidas ao setor produtivo e exportador pela ineficiência do governo em avançar na agenda para recuperar a competitividade da economia. A redução da taxa de juros, a desvalorização cambial, a redução do preço da energia, a desoneração da

folha de salários e os acenos sobre a flexibilização da legislação trabalhista, além da nova regulamentação do ICMS, são as principais medidas aplicadas ou em estudo pelo governo. Trata-se de ações que apontam para o caminho correto, mas são insuficientes para reduzir significativamente a perda da competitividade do setor produtivo. É necessário definir uma política industrial que crie as condições para o renascimento da indústria de transformação brasileira. As medidas restritivas podem resolver temporariamente problemas de alguns setores, mas não são as respostas que o setor privado espera do governo. O protecionismo não é solução para os problemas internos de competitividade.

A crise econômica, que dura mais de cinco anos, e a falência da OMC com o fracasso da Rodada Doha, que pretendia liberalizar o comércio global, podem explicar a desaceleração do comércio internacional, que não deverá crescer mais de 2,5% em 2012 e cerca de 3,5% no próximo ano. Nesse contexto de baixo crescimento, de aumento do desemprego e de pouca perspectiva de rápida recuperação das principais economias desenvolvidas, as acusações de protecionismo contra o Brasil servem mais ao público interno norte-americano e britânico, às vésperas de eleições presidenciais ou em meio a dificuldades políticas.

Relatório recente sobre protecionismo no âmbito dos países do G-20 elaborado pelo Global Trade Alert (GTA), da Universidade de St. Gallen, na Suíça, mostra que a tendência restritiva é bem mais ampla. Nele são analisadas medidas aplicadas desde 2008 pelos governos com base em dois critérios: medidas discriminatórias e quase certamente discriminatórias.

Quando os países do G-20 são comparados em relação ao número de medidas discriminatórias aplicadas, Japão, Argentina, Turquia, Índia e Arábia Saudita encabeçam a lista, seguidos pelos 27 países da União Europeia, com destaque para França e Reino Unido, e pelos EUA.

Considerando o número de medidas discriminatórias e sua porcentagem em relação às práticas liberalizantes, os países que menos utilizaram medidas protecionistas foram o México, a África do Sul e o Brasil.

Por outro lado, o levantamento da GTA apresenta grandes surpresas quando identifica os países que mais aplicaram medidas quase certamente discriminatórias, quantas linhas tarifárias, quantos setores e parceiros comerciais ficaram afetados por essas medidas.

Pelo interesse e pelo ineditismo da pesquisa, vale a pena reproduzir parcialmente o resultado desse trabalho, com a indicação, quanto a medidas quase certamente discriminatórias, dos dez países que:

Mais as aplicaram - União Europeia (302), Rússia (169), Argentina (141), Índia (74), Reino Unido (67), Alemanha (64), França (61), China (60), Itália (56) e Brasil (54);

Afetaram o maior número de linhas tarifárias (categorias de produtos): Vietnã (931), Venezuela (786), Casaquistão (732), China (732), UE27 (656), Nigéria (599), Argélia (476), Argentina (467), Rússia (446) e Índia (401);

Afetaram o maior número de setores: Argentina (63); Argélia (62); UE27 (57); China (52); Nigéria (45); Rússia (45); Alemanha (44); Casaquistão (44); Estados Unidos (42); e Gana (41);

Afetaram o maior número de países: China (193), UE27 (187), Holanda (163), Alemanha (155), Polônia (155), Índia (153), Indonésia (153), Bélgica (152), Finlândia (152) e Argentina (151).

Em termos de medidas discriminatórias, assim, a União Europeia é a campeã do protecionismo. Em termos de linhas tarifárias afetadas, o Vietnã é o número 1 - em razão das repetidas desvalorizações competitivas da sua moeda. Em termos de setores afetados, a Argentina é a primeira da lista; e em termos de parceiros afetados, a China encabeça a relação - em parte por causa da extensa lista de políticas administradas por meio de descontos seletivos de Imposto sobre Valor Agregado (VAT) para os exportadores.

China e Argentina são os únicos países presentes em todas as listas das quatro categorias dos maiores responsáveis por políticas protecionistas. Alemanha, Índia e Rússia estão em três das quatro listas dos mais restritivos. O Brasil aparece em apenas uma das listas e, mesmo assim, em décimo lugar.

Não há quem fique bem na foto do protecionismo.

O mundo é protecionista. Rubens Barbosa – O Globo. 09/10/2012

Nas últimas semanas, o primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, e o representante comercial dos EUA, Ron Kirk, criticaram o Brasil pelo aumento de tarifas de importação de alguns produtos industriais, consideradas como protecionistas e contrárias a compromissos contraídos no âmbito do G-20 e da OMC.

Japão, Estados Unidos, União Europeia (UE) e Austrália também questionaram o Brasil na OMC por ter transformado medidas temporárias, como o conteúdo nacional na licitação da telefonia móvel (G4), a redução do IPI para diversos produtos e a nova política automotiva em políticas industriais permanentes.

A crise internacional está aumentando o número de medidas protecionistas, que não ajudam nem a volta do crescimento, nem o retorno da competitividade.

Recente relatório sobre protecionismo entre os países do G-20 elaborado pelo Global Trade Alert (GTA), da Universidade de St Gallen, na Suíça, mostra que a tendência restritiva é bem mais ampla. Nele são analisadas medidas aplicadas desde 2008 pelos governos com base em dois critérios: medidas discriminatórias e quase certamente discriminatórias.

O levantamento da GTA apresenta grandes surpresas quando identifica quais os países que mais aplicaram medidas quase certamente discriminatórias, quantas linhas tarifárias, quantos setores e parceiros comerciais ficaram afetados por essas medidas. Vale a pena reproduzir parcialmente o resultado desse trabalho, com a indicação dos dez países que, com medidas quase certamente discriminatórias:

mais as aplicaram: União Europeia (302), Rússia (169), Argentina (141), Índia (74), Reino Unido (67), Alemanha (64) França (61), China (60), Itália (56) e Brasil (54);

afetaram o maior número de linhas tarifárias (categorias de produtos); Vietnã (931), Venezuela (786), Cazaquistão (732), China (732), UE (656), Nigéria (599), Argélia (476), Argentina (467), Rússia (446), Índia (401) ;

afetaram o maior número de setores: Argentina (63), Argélia (62), UE (57), China (52), Nigéria (45), Rússia (45), Alemanha (44), Cazaquistão (44) EUA (42), Gana (41);

afetaram o maior número de países: China (193), UE (187), Holanda (163), Alemanha (155), Polônia (155), Índia (153), Indonésia (153), Bélgica (152), Finlândia (152), Argentina (151).

Em termos de medidas discriminatórias, assim, a União Europeia é a campeã do protecionismo; em termos de linhas tarifárias afetadas, o Vietnã é o número um (em virtude das repetidas desvalorizações competitivas da sua moeda); em termos de setores afetados, a Argentina é a primeira da lista; e em termos de parceiros afetados, a China encabeça a relação (em parte devido a extensa lista de políticas administradas por meio de descontos seletivos de VAT para os exportadores).

Japão, Argentina, Turquia, Índia e Arábia Saudita encabeçam a lista, seguidos dos 27 países da União Europeia, com destaque para França e Reino Unido, e EUA.

A China e a Argentina são os únicos países presentes em todas as listas das quatro categorias dos maiores responsáveis por políticas protecionistas. Alemanha, Índia e Rússia estão listadas em três das quatro listas dos mais restritivos. O Brasil aparece em apenas uma das listas e mesmo assim em décimo lugar. Não há quem fique bem na foto do protecionismo.

COP-11: começa nova etapa. Luciene de Assis – Site do MMA. 11/10/2012

A partir desta quinta-feira (11/10), os participantes da 11ª Conferência das Partes (COP-11) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em andamento no Centro de Convenções Internacional de Hyderabad, Índia, estão se dividindo para acompanhar os debates em curso em 203 eventos paralelos já confirmados. Entre os diversos temas estão assuntos como as dimensões sociais e culturais das áreas marinhas e costeiras protegidas; a agricultura moderna e a destruição da biodiversidade; e a gestão sustentável da biodiversidade costeira e marinha, entre muitos outros, além de análises voltadas a aspectos locais, como a possibilidade de salvar os gorilas das florestas da África Central, a economia de sobrevivência dos povos nômades e a preservação da biodiversidade na região das montanhas do Himalaia.

Representantes dos 193 países partes da COP-11 preparam terreno para o encontro do segmento ministerial de alto nível, organizado pelo país anfitrião, a se realizar entre 16 e 19 de outubro, e do qual participará a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Ela foi convidada pela ministra do Meio Ambiente e Florestas da Índia, Jayanthi Natarajan, para quem a COP-11 “é a primeira oportunidade para que as partes revejam os

progressos realizados até o momento, a partir da implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020”.

RECURSOS INSUFICIENTES

Os representantes da CDB também deverão adotar medidas para melhorar a eficácia da aplicação dos recursos financeiros destinados à conservação da biodiversidade. Dados oficiais dos organizadores da COP-11 mostram que o gasto global em relação aos objetivos traçados para a conservação da diversidade biológica está abaixo de 0,1% do produto interno bruto global acertado entre os países partes. Eles identificaram que as falhas de implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 incluem, principalmente, o desenvolvimento de estratégias nacionais de mobilização de recursos para essa finalidade específica.

O plano estratégico estabeleceu, em 2010, no Japão, objetivos estratégicos, considerados ambiciosos, para todos os países que integram a CDB, conhecidos como Metas de Biodiversidade de Aichi, que devem ser adaptadas para atender às realidades internas de cada país signatário da Convenção. Na COP-11, as partes irão reavaliar o progresso obtido por cada país membro na implementação, desenvolvimento e atualização das estratégias nacionais de biodiversidade relacionadas ao Plano Estratégico para até 2020.

Os integrantes da Conferência das Partes tratarão, ainda, de outras questões específicas, como as formas de facilitar a troca contínua de melhores práticas e lições aprendidas com a preparação, atualização e revisão de estratégias nacionais de biodiversidade e dos planos de ação; formas de promover e facilitar as atividades destinadas à implementação do Plano Estratégico; a necessidade e a possibilidade de se desenvolver mecanismos adicionais para que os países partes cumpram seus compromissos no âmbito da Convenção e da implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020; e a colaboração destinada à Plataforma Intergovernamental de Ciência Política sobre Biodiversidade e Serviços do Ecossistema.

Brasil e OIT assinam acordo para realizar a III Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil em 2013 – Site do MDS. 11/10/2012

MDS e outros ministérios se unem à entidade internacional para trocar experiências que ajudem os países a cumprir metas

Brasília, 11 – O governo federal e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) assinaram nesta quinta-feira (11) projeto de cooperação com as estratégias para acelerar o ritmo da erradicação das piores formas de trabalho infantil até 2016 e para erradicar o problema até 2020. O acordo integra as ações que antecedem a realização da III Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil, que o Brasil sediará em outubro de 2013.

O documento, assinado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), OIT e Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), cria o comitê gestor do projeto, composto por representantes desses órgãos. Ele ficará encarregado de supervisionar, coordenar e acompanhar os trabalhos.

O secretário executivo interino do MDS, Marcelo Cardona, avalia que essa é uma etapa fundamental para a realização da conferência. “É grande a expectativa de estabelecer, em 2013, um amplo espaço de discussão e avaliação das boas práticas dos para erradicar o trabalho infantil”, afirma o secretário. “No Brasil, há avanços significativos nessa área. Estamos empenhados na mobilização para o evento, mostrando o que o Brasil tem feito.”

A diretora do escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, avalia que a assinatura do documento representou um passo decisivo para a conferência. Segundo ela, é importante que o país sedie o evento, “pela importância do Brasil como liderança internacional na prevenção e erradicação do trabalho infantil”.

“Queremos contribuir para que o tema seja colocado como prioridade na agenda de todos os países, especialmente o daqueles em desenvolvimento, para darmos passos concretos e rápidos rumo à erradicação definitiva do trabalho infantil no mundo”, disse a diretora.

Conferências – O compromisso internacional de erradicar o trabalho de crianças e adolescentes foi assumido durante as duas primeiras conferências mundiais sobre o trabalho infantil, em 1997 e em 2010. Ambas foram em Haia, na Holanda. O objetivo da terceira conferência, no Brasil, é que os países troquem experiências sobre ações para enfrentar o problema. No evento de dois anos atrás, participaram 450 delegados de 80 países. Eles discutiram os progressos e estudaram formas de garantir que a meta da erradicação das piores formas de trabalho infantil seja cumprida até 2016.

Brics voltam a falar em banco de desenvolvimento. Fabiano Maisonave – Folha de São Paulo. 12/10/2012

Ministro Guido Mantega (Fazenda) criticou novamente os EUA pela "política monetária expansionista", que desvaloriza o dólar

Em reunião ontem, os países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) avançaram nas negociações para a criação de um "pool" com as reservas internacionais do bloco e de um banco de desenvolvimento, informou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Ambos os projetos, porém, ainda não têm data para sair do papel.

"Estamos avançando com um programa de pool de reservas, de pool financeiro entre nós no sentido de criarmos uma espécie de fundo que poderá colocar recursos nos países que necessitarem", disse Mantega, após encontro paralelo à reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird).

"Os países estão de acordo, estamos olhando para os detalhes. E o melhor momento para fazer é agora, quando nós, os Brics, não precisamos dessa sustentação", afirmou.

Outro projeto discutido foi o do banco de desenvolvimento Sul-Sul, também chamado de Brics, para o qual existe uma comissão técnica.

Mantega repetiu as críticas à política monetária americana baseada no "quantitative easing" (relaxamento monetário), que visa estimular o consumo com aumento da circulação de dólares.

"Política monetária expansionista é correta no momento de recessão. Porém, quando é exagerada, começa a criar efeitos colaterais, como a desvalorização do dólar."

Na mira da OMC - O Estado de S.Paulo. 13/10/2012

Nem todas as medidas adotadas pelo governo brasileiro para proteger a produção nacional ferem as regras do comércio internacional, mas nem todas estão inteiramente de acordo com as normas e, assim, livres de contestações formais na Organização Mundial do Comércio (OMC) que podem resultar em alguma forma de sanção. Todas, porém, têm sido alvo de críticas cada vez mais acerbadas dos principais parceiros comerciais do Brasil, pois afetam o livre fluxo de bens e serviços, o que tem forçado o governo brasileiro, em alguns momentos, a elevar o tom para tentar justificar suas decisões. Nem assim, porém, o Brasil tem conseguido convencer os críticos.

"A atitude do Brasil manda um sinal negativo e deve afetar o fluxo de investimentos diretos para o País", advertiu a União Europeia na reunião do Comitê de Investimentos da OMC realizada em Genebra. A crítica - acompanhada da ameaça velada de suspensão de investimentos - se referia ao fato de que medidas de proteção da indústria brasileira anunciadas como temporárias e de emergência tendem a se perenizar.

Uma das decisões do governo brasileiro mais criticadas na OMC foi a imposição de alíquotas diferenciadas do IPI para os automóveis, com aumento de até 30 pontos para aqueles com menos de 65% de conteúdo nacional. Essa medida, de acordo com seus críticos, é discriminatória e, por isso, passível de sanção pela OMC.

Também representantes dos Estados Unidos, do Japão e da Austrália na OMC criticaram o aumento da taxa dos automóveis estrangeiros no mercado brasileiro, bem como a exigência de pelo menos 60% de conteúdo nacional para as empresas poderem participar dos leilões para telefonia de quarta geração (4G), o primeiro dos quais foi realizado em junho.

Em geral, o governo brasileiro tem respondido às críticas com acusações. Tem dito, por exemplo, que os países ricos também são protecionistas, sobretudo na agricultura. Quanto aos Estados Unidos, a crítica da presidente Dilma Rousseff - e repetida por ela no discurso de abertura da Cúpula América do Sul-Países Árabes realizada em Lima, no Peru - é ao que chamou de "tsunami monetário", que desvaloriza o dólar e, assim, torna os produtos americanos mais competitivos, constituindo o que ela considera um "protecionismo disfarçado".

Já a diplomata Márcia Donner Abreu, respondendo às críticas na reunião do Comitê de Investimentos da OMC, afirmou que as medidas tomadas pelo governo brasileiro não são discriminatórias, atendem às regras do comércio internacional e se destinam a melhorar a competitividade do Brasil. O representante americano reagiu com ironia, perguntando se conteúdo nacional implicava uma "tecnologia brasileira", e como seria definida essa tecnologia.

São variadas as medidas protecionistas que o Brasil passou a utilizar nos últimos tempos, sob a alegação de que elas são necessárias para evitar danos à economia decorrente do súbito aumento das importações. Entre elas estão o aumento das tarifas de IPI, das tarifas do Imposto de Importação para 100 produtos (ainda que dentro dos limites permitidos pela OMC), a inclusão proximamente de mais 100 itens na lista dos que terão sua taxa elevada e aumento do rigor dos controles administrativos e da fiscalização, que retardam a entrada de produtos estrangeiros no País.

A prática deverá demonstrar que medidas como essas não compensam as dificuldades crescentes que, por causa delas, o País enfrenta no relacionamento com seus principais parceiros comerciais nem são eficazes para melhorar a produção interna. Por enquanto, o descontentamento dos principais parceiros com as medidas protecionistas tomadas pelo Brasil tem se limitado aos questionamentos cada vez mais frequentes e mais enfáticos na OMC. No plano interno, porém, o aumento do protecionismo torna o setor produtivo mais acomodado e cada vez menos disposto a se modernizar, buscar mais eficiência e oferecer ao consumidor brasileiro bens de qualidade internacional.

O País já viu isso acontecer - e pagou caro.

País negocia volta a Mercosul e Unasul, afirma chanceler – Folha de São Paulo. 13/10/2012

O Paraguai já negocia seu retorno ao Mercosul e à Unasul, informou ontem o chanceler paraguaio, José Felix Fernández Estigarribia, na sede da Chancelaria, em Assunção.

Para Estigarribia, os representantes diplomáticos que se retiraram do país -como os do Brasil, Argentina e Uruguai- após as sanções impostas pelos blocos devido ao impeachment do presidente Fernando Lugo vão retornar em breve.

Os países do Mercosul afirmaram que só validariam autoridades eleitas no próximo pleito, previsto para abril de 2013. Para Estigarribia, os outros países precisam reconhecer a "democracia paraguaia".

Brics vão combater juntos barreira comercial. Lisandra Paraguassu – O Estado de São Paulo. 13/10/2012

Ideia é melhorar acesso a mercados restritos e agir quando surgirem iniciativas que tragam prejuízos para o grupo

Os cinco países que compõe os Brics - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - estão fazendo um levantamento sobre as barreiras comerciais impostas a seus produtos e planejam trabalhar em conjunto para melhorar o acesso a mercados hoje restritos.

A estratégia começou a ser traçada no seminário do grupo sobre disputas comerciais na Organização Mundial do Comércio (OMC), realizado em Brasília. A intenção é agir, seja na OMC, quando as barreiras fugirem da disciplina da entidade, seja em outras instâncias quando, mesmo estando dentro das regras, trouxerem prejuízo para os interesses comerciais do grupo e de outros países em desenvolvimento.

O levantamento brasileiro está sendo finalizado pelo Itamaraty, depois de uma compilação feita pelas embaixadas nos principais mercados que interessam ao País. Durante o seminário, descobriu-se que os quatro países estão realizando trabalhos semelhantes, com foco nos seus principais mercados e nos seus interesses comerciais.

Seminário específico. "Surgiu a ideia, então, dos cinco fazerem um outro seminário específico sobre essas medidas protecionistas que afetam os países emergentes e em desenvolvimento", disse ao Estado Roberto Azevêdo, embaixador do Brasil na OMC.

O embaixador explicou que já foi identificada uma quantidade imensa de barreiras que afetam as exportações brasileiras e que não aparecem por não serem medidas protecionistas clássicas, como subsídios diretos ou elevações de tarifas de importação acima dos limites estabelecidos pela OMC.

A ideia do trabalho em conjunto ainda é preliminar, mas deve começar já na própria organização, com troca de experiência e, eventualmente, ações conjuntas em disputas comerciais.

Isso, no entanto, independe do levantamento sobre barreiras que está sendo feito pelos cinco países. Nesse caso, a atuação seria mais imediata, de apoio no caso de decisões de disputas comerciais que estão sendo tomadas na OMC.

Na prática, as soluções para essas controvérsias passam pela interpretação dos acordos de comércio e se transformam em novas disciplinas na organização, com impacto direto nas políticas industriais de todos os países e, em especial, dos emergentes. Em casos como esses, os Brics poderiam trabalhar juntos para evitar a tomada de decisões que possam prejudicá-los.

O levantamento sobre barreiras comerciais, no entanto, pode ir além da OMC. É possível que, ao verificar a existência de políticas que prejudiquem produtos de um ou mais países, o grupo poderá trabalhar junto, seja na OMC, seja fora dela.

No primeiro caso, é necessário que as medidas protecionistas sejam contrárias às regras da organização. No entanto, se mesmo sendo prejudiciais não forem consideradas irregulares, ou não forem da alçada da OMC - barreiras sanitárias, por exemplo - os Brics poderão atuar juntos com outras formas de pressão.

A proposta ainda é preliminar e nenhum dos países terminou seus levantamentos. Um encontro para estudar a possibilidade de atuação conjunta deve ser marcado para Genebra, sede da Organização Mundial do Comércio, ou em uma das capitais das cinco nações, nos próximos meses, quando todos os levantamentos estiverem concluídos.

Três países, uma posição – Site do MMA. 16/10/2012

Brasil, Índia e África do Sul tentam unificar discurso na Convenção sobre Diversidade Biológica

Ministros e representantes das pastas de Meio Ambiente do Brasil, da Índia e da África do Sul se reuniram, nesta terça-feira (16/09), na 11ª Conferência das Partes (COP 11) da

Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), na cidade indiana de Hyderabad. O encontro do chamado grupo IBSA teve o objetivo de alinhar o posicionamento dos três países nas negociações em andamento até sexta-feira.

Com a participação de governantes de 193 países, a COP 11 definirá o futuro da CDB e do Protocolo de Nagoya, firmado em 2010 com o objetivo de criar, entre outras coisas, unidades de conservação em todo o planeta. Além disso, a conferência determinará os rumos do Plano Estratégico de Biodiversidade, incluindo as Metas de Aichi para 2020, com 20 itens para promover a proteção dos ecossistemas mundiais.

ESFORÇO

Chefe da delegação brasileira na COP 11, o secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, defendeu a integração para o alcance de bons resultados. "O Brasil apoia o esforço da Índia no cumprimento do acordo de Nagoya, em 2010, especialmente no que diz respeito às estratégias de financiamento que devem ser definidas e aprovadas na COP 11", afirmou.

O encontro ministerial do IBSA enfatizou que o estabelecimento de decisões definitivas na COP 11 é fundamental para o futuro da CDB. "Sem um objetivo claro e documentado, será difícil fazer com que os países continuem implantando o Plano Estratégico para a Biodiversidade. Isso poderá afetar drasticamente nossas oportunidades de atingir as Metas de Aichi para 2020", acrescentou Gaetani.

CONVERGÊNCIA

Formado em junho de 2003, o Fórum de Diálogos do IBSA é um mecanismo de coordenação para promover a articulação conjunta entre os três países emergentes. A intenção é estabelecer opiniões e posicionamentos convergentes do Brasil, da Índia e da África do Sul em discussões globais em diferentes áreas. O grupo também promove o surgimento de projetos de cooperação com nações menos desenvolvidas. (Da Secom)

Brasil concorre a troféu por travar negociações – O Estado de São Paulo. 17/10/2012

País é indicado pela segunda vez, durante a Convenção da Diversidade Biológica, a prêmio organizado por rede internacional de ONGs

Pela segunda edição seguida da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), o Brasil figura hoje entre os indicados para o Troféu Dodô, que "premia" os países que menos têm evoluído nas negociações durante o encontro para evitar perdas de biodiversidade. Canadá, China, Paraguai e a Grã-Bretanha são os outros indicados pela CBD Alliance, uma rede internacional de ONGs que participa da convenção.

O pássaro dodô é o escolhido para dar nome ao prêmio por estar extinto há cerca de quatro séculos - a espécie vivia na costa leste da África, na Ilha Maurício. Nas convenções do clima, o equivalente é o Troféu Fóssil do Dia - o País foi "agraciado" em Durban, há quase um ano.

Entre as razões para a presença do País na lista está a falta de preocupação do governo com a biodiversidade na negociação de mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd+) - sistema de compensação financeira para atividades que diminuam a emissão de carbono.

Na 11.ª conferência das partes (COP-11) da CBD em Hyderabad, na Índia, o Brasil quer evitar a definição de salvaguardas de biodiversidade nos textos, fazendo pressão para que haja diferenças claras entre os acordos da CBD e os estabelecidos nas Convenções sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

O governo brasileiro se alinhou a outros países descontentes, como Colômbia e Argentina, para criticar o texto que está sendo trabalhado na conferência da Índia. Em nota, o bloco afirmou que o documento está atrasado e não leva em conta as resoluções alcançadas nas Conferências do Clima de Cancún e de Durban.

"Muitas das recomendações que estamos vendo na COP-11 ou são redundantes ou colocam barreiras para a implementação dessa importante ferramenta (de Redd+)", dizem os países.

Além disso, o Brasil foi indicado ao troféu pelo fato de o governo não ter, segundo a rede de ONGs, uma boa relação com comunidades locais e tribos indígenas que vivem em áreas de relevância ecológica e biológica.

Nova indicação. Há dois anos, o País havia sido indicado por outro motivo: durante o encontro na cidade japonesa de Nagoya, os representantes brasileiros promoveram de forma escancarada os biocombustíveis e foram criticados por tentar abafar os possíveis impactos sobre a biodiversidade e as populações.

Os vencedores de 2010, porém, foram o Canadá e a União Europeia. O Canadá voltou a ser indicado neste ano, também acusado de tentar evitar a discussão sobre os biocombustíveis.

De acordo com as ONGs, a China tem desencorajado o desenvolvimento de áreas marinhas em países vizinhos, enquanto o Paraguai tem bloqueado qualquer progresso em assuntos socioeconômicos nas questões de biossegurança. Já a Grã-Bretanha estaria trabalhando para evitar discussões sobre biologia sintética e geoengenharia.

Conferência sobre Diversidade Biológica termina com garantia de apoio às nações em desenvolvimento – Site do MMA. 18/10/2012

Chegou ao fim nesta sexta-feira (19/09), na Índia, a Conferência sobre Diversidade Biológica (COP11), com acordos feitos em todos os principais temas em negociação. Entre eles, o compromisso dos países desenvolvidos em dobrar os recursos doados às nações em desenvolvimento para a conservação da sua biodiversidade.

Para o chefe da delegação brasileira, o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, a falta de ambição dos europeus na questão de doação de recursos não comprometeu o bom resultado da conferência, principalmente para os países mais pobres: "Não foi a negociação dos nossos sonhos, mas assegurou um

compromisso com a alocação dos recursos necessários para que se inicie o processo de cumprimento das negociações das metas de Aichi. Não foram os recursos que esperávamos, mas foram suficientes para permitir que a gente pudesse trabalhar particularmente os megadiversos, no cumprimento das metas de Aichi. Obviamente estamos falando dos megadiversos mais pobres porque países como China, Índia e Brasil têm recursos para enfrentarem seus desafios como, aliás, o Brasil tem feito. Mas, para os megadiversos mais pobres, o que aconteceu foi extremamente importante”, salientou.

COMPROMISSO

Durante a conferência, o Brasil, que possui 13% de todas as espécies vivas do planeta, reafirmou o compromisso de realizar todos os esforços possíveis para implementar as metas de Aichi, em especial a 12, que determina a garantia da conservação das espécies ameaçadas.

Segundo Gaetani, o país foi cumprimentado por sua agenda ambiental, especialmente pela coordenação da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O resultado desse reconhecimento pode ser visto nos documentos da conferência: quase todos citam o texto aprovado no Rio de Janeiro e a importância dos esforços no sentido de implementá-lo.

Principais acordos anunciados no documento final da COP 11:

Rio +20 – Acordo para incorporar o documento final da Rio+20 no texto das decisões da COP da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP11), com ênfase no reconhecimento de que a erradicação da pobreza, mudanças nos padrões de consumo e produção, proteção e gestão dos recursos naturais são os requisitos básicos para o desenvolvimento sustentável.

Mobilização de recursos – O fluxo internacional de recursos destinados à biodiversidade irá duplicar até 2015 e, pelo menos, manter este nível até 2020. Em 2015, no mínimo 75% dos países participantes devem ter incluído a biodiversidade em seus planos de desenvolvimento e prioridades nacionais, e devem ter adotado medidas para melhorar o financiamento para a conservação e restauração da biodiversidade.

Gênero - O documento final incentiva os países a continuarem a financiar atividades que promovam a igualdade entre homens e mulheres em iniciativas para proteger e restaurar a biodiversidade.

Áreas Protegidas - A conferência reconheceu a importância das áreas protegidas a fim de atingir várias das Metas de Aichi, incluindo meta 11, que prevê limites mínimos de áreas protegidas - terrestres e marítimas - a cada país até 2020. A criação de áreas protegidas vai ajudar metas adicionais, tais como a recuperação das unidades populacionais de peixes, espécies ameaçadas e recuperação de áreas degradadas.

Dentro deste tema, a conferência reconheceu, também, que terras habitadas por comunidades indígenas ou tradicionais podem ser reconhecidas como áreas que contribuem para a conservação da diversidade biológica. Trabalhando dentro dos limites

de sua legislação nacional, os países vão buscar o consentimento dessas populações para esse reconhecimento.

Business – O documento final da convenção convidou as empresas a melhorar suas considerações de biodiversidade e serviços ecossistêmicos em suas atividades de negócios. Estas considerações são baseadas, entre outras iniciativas, nas recomendações do estudo A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB).

Os países também foram incentivados a incorporar a metodologia e os resultados do TEEB nacional. O Brasil já começou a implementar a iniciativa TEEB - um esforço conjunto do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da e outras instituições.

Águas marinhas - A conferência vai enviar informações sobre as áreas ecológicas ou biologicamente significativas (EBSAS, sigla em inglês) para as autoridades nacionais competentes e das Nações Unidas. A informação destina-se a apoiar a adoção de medidas de conservação adequadas pelas autoridades competentes. Cada país tem soberania sobre as EBSAS localizadas em águas nacionais e o direito de decidir sobre a implementação de iniciativas de conservação nessas áreas.

Água Marinha/Pesca - A convenção chamou a atenção para que os países implementem medidas para minimizar os impactos das atividades de pesca na biodiversidade marinha.

Clima - A conferência manteve uma moratória sobre as experiências de engenharia relacionadas às mudanças climáticas, particularmente a fertilização dos oceanos. A decisão da convenção exige que essas experiências sejam restritas às águas territoriais e devem ser feitas em pequena escala.

A conferência deu parecer técnico sobre a aplicação de aspectos relacionados com a biodiversidade das salvaguardas adotadas nos Acordos de Cancun, no contexto da Convenção do Clima (UNFCCC). A decisão reconhece a contribuição de atividades de REDD+ com a biodiversidade, mantendo a coerência entre ambas as convenções.

Frequência de Convenções – Foi decidido que a Convenção sobre a Diversidade Biológica continuará a ser realizada a cada dois anos. Este quadro será mantido até 2020, quando haverá nova análise sobre a frequência das reuniões.

Brasil acelera volta do Paraguai ao Mercosul. Lissandra Paraguassu – O Estado de São Paulo. 19/10/2012

Gesto 'positivo' de Assunção pode significar retorno ao bloco antes da eleição de 2013

A presidente Dilma Rousseff deu o sinal verde para que a volta do Paraguai ao Mercosul ocorra antes das eleições presidenciais de 2013 no país, desde que o novo governo faça um gesto aos demais sócios do bloco de que manterá a democracia funcionando e tente encerrar a relação hostil com o novo membro, a Venezuela. O governo brasileiro, no entanto, ainda espera por um iniciativa dos paraguaios.

O país foi suspenso do bloco em junho, depois de ter feito um processo de impeachment relâmpago do então presidente Fernando Lugo. Na avaliação dos demais membros do Mercosul à época - Brasil, Argentina e Uruguai -, a velocidade da decisão negou pleno direito de defesa a Lugo e violou o Tratado de Ushuaia, que estabelece os padrões da conduta democrática do bloco. Para o país ser aceito novamente, os chefes de Estado precisam avaliar que a democracia foi restabelecida, o que, esperava-se, só se daria após as eleições presidenciais, em abril de 2013.

No entanto, Dilma já avalia que é possível ao país voltar antes das eleições, desde que haja sinais positivos vindos do outro lado da fronteira. Que sinais seriam esses, no entanto, ainda é um conceito vago. Há o cuidado de não fazer parecer que o bloco estaria cedendo na rigidez do Tratado de Ushuaia, passando a impressão de que se poderia aceitar futuramente outras tentativas de mudanças de governo.

O Itamaraty nega que haja qualquer negociação para um retorno antecipado do Paraguai ao bloco. O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, informou ao Estado que não conversou com seus colegas chanceleres do bloco e não recebeu orientação desse tipo da presidente.

Há duas semanas, o chanceler, em entrevista no Rio de Janeiro, ao ser indagado se havia impedimentos para que o Paraguai fosse readmitido antes das eleições do ano que vem, afirmou que formalmente não, o que foi interpretado como uma abertura para a volta antecipada do país ao bloco. O chanceler nega que tenha sido essa sua intenção.

No Itamaraty, a avaliação é a de que não há, pelo menos por enquanto, elementos que possam ser usados para assegurar o pleno funcionamento da democracia no país. Um primeiro momento de reavaliação poderia ser na próxima reunião da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), em novembro, em Lima. Há um grupo de trabalho da cúpula que vem acompanhando a situação paraguaia e deve apresentar um relatório aos chefes de Estado durante a reunião.

Assim como no Mercosul, o Paraguai foi suspenso da Unasul depois do impeachment de Lugo. Durante a Cúpula América do Sul-Países Árabes, há duas semanas, também em Lima, foi avaliada a situação do Paraguai e concluiu-se que não havia mudanças significativas.

No Paraguai, o ministro das Relações Exteriores, José Félix Estigarribia, disse à imprensa local esta semana que não conversou com Patriota nem com o chanceler argentino, Hector Timerman, mas confirmou que teria falado com uma "terceira parte". Afirmou ainda que o governo paraguaio está fazendo o possível para resolver a crise criada com a suspensão do país do Mercosul.

No Palácio do Planalto, o que vale é a intenção da presidente. Da mesma forma que convenceu seu chanceler sobre a inclusão da Venezuela no bloco durante a suspensão do Paraguai, o que ampliou a crise, Dilma parece estar resolvida a apaziguar os ânimos, se o Paraguai colaborar.

Resta saber se o vizinho colaborará com os demais países do bloco para que uma solução seja encontrada antes de abril de 2013.

COP da Biodiversidade termina com compromisso de países ricos. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 20/10/2012

Eles aceitaram duplicar, até 2015, ajuda financeira aos países em desenvolvimento para ações pró-biodiversidade

Os países reunidos na 11.^a Conferência das Partes (COP) da Biodiversidade em Hyderabad, Índia, chegaram a um acordo ontem à noite (já madrugada de sábado no horário local) para dobrar a ajuda financeira de países desenvolvidos aos países em desenvolvimento para financiar ações em prol da biodiversidade.

O compromisso acordado é de duplicar, até 2015, a média do valor gasto por essas nações entre 2006 e 2010 com a questão. E manter ao menos nesse nível até 2020. Não foram geradas obrigações para os países emergentes, mas o texto encorajou que todos, pobres e ricos, aumentem seus investimentos para conter a perda de biodiversidade.

Esse é o objetivo principal das chamadas metas de Aichi - 20 compromissos acordados por esses mesmos países há dois anos na COP10, em Nagoya (Japão). O aumento de investimento definido agora visa justamente a auxiliar as nações no cumprimento dessas metas até 2020. Entre elas está, por exemplo, a criação de áreas protegidas em 17% das áreas terrestres do mundo e em 10% das marinhas.

Para Francisco Gaetani, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente e chefe da delegação brasileira no evento, foi um bom acordo se for levada em conta a crise econômico-financeira que a Europa está sofrendo. "Houve uma manutenção do compromisso desses países de continuar investindo em biodiversidade e isso é bem animador", disse.

Na prática isso significa que a União Europeia, por exemplo, vai investir 3 bilhões adicionais ao que já gasta com biodiversidade pelos próximos anos.

Apesar de comemorado pelas nações presentes, o valor está bem aquém de cálculos feitos pela própria Convenção da Diversidade Biológica, que chegou a estimar em US\$ 600 bilhões o custo só para cumprir a meta das áreas protegidas. Estudo divulgado na revista Science na semana passada previu que para cumprir aquela meta e a redução do risco de extinção de todas as espécies ameaçadas seriam necessários US\$ 81 bilhões por ano.

Para Gaetani, esses números podem representar o que é necessário, mas não reflete o que os países podem doar. "De todo modo, haverá uma revisão em 2015 desses valores e a expectativa é que aumente mais."

Além disso, a expectativa é que também haja investimento de setores privados, bancos de financiamento, governos locais, além de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável. O Banco Mundial, na quinta-feira, divulgou um estudo mostrando que abordagens nesse sentido podem ser mais eficazes. Eles citam o exemplo do Estado do Acre, que reduziu em 70% as taxas de desmatamento e aumentou o PIB em 44% entre 2003 e 2008 como resultado da diminuição do corte ilegal de árvores.

Grupo de Política Agrícola da UITA se reúne em Buenos Aires – Site da CONTAG. 24/10/2012

Nos dias 22 e 23 de outubro aconteceu, em Buenos Aires (Argentina), a reunião do Grupo Técnico de Política Agrícola (GPTA) da União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação e Agricultura (UITA). Esse grupo reúne as demandas ligadas ao meio rural na UITA. Essa é a primeira conversa após o Congresso Mundial da UITA, realizado em maio de 2012, na Suíça.

Como a entidade trabalha muito a questão dos assalariados(as) em âmbito mundial, é o tema que vem com muita força em todas as discussões. “O nosso desafio é levar os outros temas da agricultura familiar para o GPTA, porque atualmente a agenda do assalariamento toma conta dos debates”, explica a vice-presidente e secretária de Relações Internacionais da CONTAG, Alessandra Lunas.

A CONTAG foi representada pelo assessor de Assalariados(as) Rurais, Luismar Ribeiro Pinto. Segundo Lunas, a Confederação já foi para esse encontro com o intuito de provocar o debate sobre a situação dos assalariados(as) das empresas que atuam em vários países. “A ideia é propor ao GPTA a criação de uma agenda de intervenção mais efetiva de negociação, de discussão e de proposição nos espaços como o Mercosul, onde pudéssemos conversar a agenda do trabalho decente com mais efetividade e conjuntamente com outros países, coordenado pela UITA.”

Para a dirigente, existe a necessidade de ter uma atuação em rede nas negociações internacionais, nesses casos de multinacionais. “É preciso pensar em intervenções articuladas para identificar problemas comuns, principalmente quando se refere aos direitos trabalhistas. O setor de alimentos, mesmo com a crise, continua em alta. Se o setor continua lucrando tanto, porque continuamos a ter trabalho escravo, continua a não ter respeito aos direitos trabalhistas?”, questiona Lunas.

Além destas questões, o GTPA também discutiu temas como a Marcha Global contra o Trabalho Infantil, a inauguração de uma Rede Internacional sobre o Direito à Alimentação e à Nutrição, dentre outros.

Mendes encaminhará proposta da FAO no encontro de ministros do Cone Sul – Site do MAPA. 25/10/2012

Acordos sobre temas discutidos serão apresentados durante o XXIV Reunião Ordinária do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), no Uruguai, dia 30

Novas tratativas para reforçar acordos de integração interministerial para abastecimento e cooperação técnica aos países subdesenvolvidos foram encaminhadas durante audiência entre o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho e a comitiva da FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, na manhã desta quinta-feira (25/10) no gabinete ministerial, em Brasília.

No encontro entre os seis membros da FAO, e também com a presença do secretário de Relações Internacionais Célio Porto, ficou acordado novas sistemáticas para arrematar projetos do eixo continental latino, com transferência para países

africanos, a exemplo do que já ocorre com termos de cooperação em nível nacional e internacional junto à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ou mesmo nos moldes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). “É dever do Governo amparar projetos que eliminem a pobreza, como o Bolsa Família no Brasil, por exemplo, através do potencial de produção de alimentos que o país possui”, afirmou Mendes Ribeiro.

O tema, inclusive, será exposto durante o XXIV Reunião Ordinária do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), constituído pelos ministros da Agricultura dos países do Cone Sul, que acontece na próxima terça-feira, 30 de outubro, em Punta Del Este, Uruguai. Lá, serão debatidos temas importantes para o desenvolvimento dos países membros do conselho e ações para ampliar a posição continental como potência agrícola mundial.

Ministro Pepe Vargas participa da 35ª reunião da Seção Brasileira da Reaf Mercosul – Site do MDA. 25/10/2012

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, abriu, na manhã desta quinta-feira (25), o 35º encontro da Seção Nacional Brasileira da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf) no Mercosul, que prossegue até esta sexta-feira (26) na sede do MDA, no Bloco A da Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

O objetivo da reunião é discutir e definir estratégias de atuação como parte das preparações para a reunião da 18ª Reaf Mercosul, em Porto Alegre, entre os dias 11 e 15 de novembro deste ano. Pepe Vargas ressaltou a importância da reunião da seção brasileira e apontou assuntos que serão discutidos e concretizados com vistas ao encontro de Porto Alegre.

“O primeiro deles é a amplitude da Reaf Mercosul, com a consolidação da participação de países, como o Equador, as nações integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e uma delegação de Cuba. Outro destaque é o de podermos, finalmente, sancionar o debate do reconhecimento mútuo dos registros da Agricultura Familiar do Mercosul e encaminharmos a questão para o Grupo Comum do Mercosul”, frisou o ministro.

Um terceiro aspecto assinalado por Pepe Vargas são os debates em torno do Fundo para a Agricultura Familiar (FAF) do Mercosul, que deverá ser apreciado também pelo Grupo Comum do Mercosul. “A delegação brasileira sempre tem papel significativo nessas discussões e espero que esta reunião, em Brasília, seja muito boa e proveitosa como preparação para as novidades e os avanços que teremos em Porto Alegre”, acrescentou.

Coordenada pela Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial (Aipc) do MDA, a Reaf tem como propósito a formulação e o debate de temas relevantes à agricultura familiar do Mercosul. Atualmente, o Brasil ocupa a presidência rotativa do bloco do Mercosul. As seções nacionais da Reaf ocorrem duas vezes por semestre em cada país do bloco que inclui, ainda, a Argentina, o Paraguai – atualmente suspenso das discussões do Mercosul – e o Uruguai.

Grupos de Trabalho

O coordenador nacional da Reaf Mercosul e chefe da Aipc/MDA, Francesco Pierri, reiterou o caráter especial da reunião da Seção Brasileira da Reaf Mercosul, que incluirá a realização de vários Grupos de Trabalho. Nesta quinta-feira serão debatidas a Adaptação às Mudanças Climáticas e Gestão de Riscos; a Facilitação do Comércio e a Juventude Rural. Na sexta-feira será a vez do Acesso à Terra; Reforma Agrária; e Políticas de Gênero, culminando com uma plenária que inclui um debate sobre a organização da 18ª Reaf Mercosul.

Sobre o tema da Adaptação às Mudanças Climáticas, Francesco Pierri frisou que as políticas públicas brasileiras podem contribuir para o estabelecimento, por parte do Mercosul, de medidas que contemplem a adaptação dos agricultores familiares às mudanças climáticas por meio de políticas públicas e boas práticas.

Participam do encontro da Sessão Brasileira da Reaf Mercosul os representantes de diferentes órgãos e secretarias do MDA, Incra e Conab, bem como de outros ministérios (MDS, MRE, MEC); além de organizações da sociedade civil, como Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) e União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), entre outras.

Parceria entre Brasil e Noruega apresenta resultados positivos. Lucas Tolentino – Site do MMA. 25/10/2012

Os resultados da cooperação do Brasil com a Noruega no combate à degradação da Floresta Amazônica foram divulgados, na manhã desta quinta-feira (25/10), em Brasília. A apresentação ocorreu durante o seminário de encerramento do projeto Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Brasileira e Cadastramento Ambiental Rural (CAR) Municipal.

Assinada em 2008, a parceria utilizou 4,3 milhões de dólares, doados pela Noruega, e envolve o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Entre as principais iniciativas, foi realizado projeto piloto de mapeamento e cadastramento das propriedades rurais de seis municípios da Amazônia Legal, primeiro passo para a regularização dos terrenos.

INSCRIÇÃO

O CAR realizado de forma pioneira nos seis municípios gerou resultados significativos. No Pará, 83% das propriedades de Ulianópolis e 87% das terras de Dom Eliseu foram inscritos no sistema estadual de monitoramento. No Mato Grosso, o processo ainda está em andamento em Marcelândia e já soma 78,5% dos terrenos rurais incluídos no sistema. No Acre, os municípios de Senador Guiomard, Acrelândia e Plácido de Castro somaram 50% de parcelas inseridas no sistema.

Ao todo, o processo custou R\$ 2,69 milhões. Para o diretor de Políticas para o Combate ao Desmatamento do MMA, Francisco Oliveira, a conclusão representa uma vitória. “O

projeto trouxe uma série de desafios, inclusive o de trazer a inovação”, afirmou. “Foi um trabalho bastante concreto, especialmente no que diz respeito ao CAR, e ocasionou resultados extremamente positivos.”

O desserviço argentino ao Mercosul – O Globo. 25/10/2012

Envolta em vários problemas econômicos, inclusive uma crise cambial, a Casa Rosada fecha as fronteiras a importações, prejudica o Brasil e rasga acordos comerciais

A constituição do Mercosul, no aspecto econômico, se justificava pela criação de um espaço para comércio em que cada uma das economias dos países-membros se integrassem, não apenas para aumentar seu peso conjunto nas trocas internacionais, mas que também, nos ciclos de crise, servisse de desafio para todos.

Se do ponto de vista geopolítico a criação do bloco atingiu todos os objetivos, com a distensão no historicamente difícil relacionamento entre Brasil e Argentina, pelo lado econômico o Mercosul, pior do que estagnar, andou para trás. E a causa dos problemas do bloco tem nome e sobrenome: Cristina Elisabet Fernández de Kirchner.

Por radicalizar heterodoxias na política econômica adotada no governo do marido, Néstor, Cristina isola ainda mais o país no mundo. Ao não conseguir — ou não querer — encontrar uma saída negociada com credores caloteados remanescentes da moratória de 2001/2002, a presidente mantém a Argentina como pária no sistema financeiro globalizado.

Soma a isso intervenções descabidas no mundo dos negócios. E, assim, afasta investidores, internos e, principalmente, externos. Um dos exemplos mais estrondosos da forma delirante com que a Casa Rosada kirchnerista governa é a intervenção feita, ainda no governo Néstor, no Idec, responsável pelo cálculo oficial da inflação, para maquiagem os índices e deixá-los abaixo dos 10% ao ano — enquanto cálculos de firmas de consultoria privadas apontam para mais que o dobro disso.

Mesmo com um alerta do FMI de que poderá punir o país devido à absoluta falta de confiança nos indicadores oficiais, Cristina Kirchner insiste e até permite a Guillermo Moreno, secretário de Comércio Exterior, braço direito para intervenções autoritárias — inclusive contra a liberdade de imprensa —, processar esses consultores, a fim de que parem de divulgar os levantamentos independentes da inflação. Não satisfeitos em adulterar o termômetro oficial, querem quebrar os privados, algo típico de uma “republiqueta de banana”.

Não surpreende que a Argentina passe por uma crise cambial. E para combatê-la o governo de Cristina se torna cada vez mais protecionista. Com isso, rasga acordos do Mercosul. E como o Brasil é forte exportador para o país vizinho, paga alto preço neste fechamento de portas ao comércio. De janeiro a setembro, as exportações para a Argentina caíram de US\$ 16,8 bilhões, em 2011, para US\$ 13,4 bilhões, este ano. Entenda-se que, sem qualquer reação visível do Itamaraty, o Brasil cede bilhões de dólares para reduzir a crise argentina de falta de divisas. O resultado é que exportadores brasileiros pagam o preço. Talvez quando o protecionismo de Cristina gerar desemprego

no lado de cá da fronteira a magnânima diplomacia do governo Dilma dê algum sinal de vida na defesa de interesses nacionais.

Os aliados de Cristina K. em Brasília não admitem, mas o que era uma solução no Cone Sul passou a ser um problema.

Reaf debate acesso à terra e políticas de gênero – Site do MDA. 26/10/2012

A 35ª Seção Nacional Brasileira da Reaf no Mercosul discutiu, nesta sexta-feira (26), questões ligadas aos grupos de trabalho Acesso à Terra e Reforma Agrária e Políticas de Gênero, no Bloco A do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em Brasília. O debate define as estratégias da atuação do Brasil na 18ª Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercado Comum do Sul (XVIII Reaf Mercosul), que ocorrerá entre 11 e 15 de novembro, em Porto Alegre (RS).

O coordenador nacional da Reaf Mercosul, Francesco Pierri, destacou a grande participação da sociedade civil organizada no evento. “Mais uma vez a seção nacional da Reaf consegue aglutinar um grande número de entidades, o que garante um debate democrático e qualifica a intervenção brasileira neste importante fórum para a agricultura familiar no Mercosul”, afirmou.

Pierri lembrou, também, que as organizações da sociedade civil que articulam agricultores familiares irão presidir uma mesa redonda na XVIII Reaf, voltada a preparar, no âmbito do Mercosul, a organização dos eventos do Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 (Aiaf 2014). A iniciativa é do Fórum Rural Mundial, integrado pelas organizações sociais brasileiras que tiveram protagonismo na campanha para o Aiaf 2014.

Reforma Agrária

O debate sobre o acesso à terra dos povos e comunidades tradicionais dominou a pauta do Grupo de Trabalho Acesso a Terra e Reforma Agrária. A diretora de Programas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), Bárbara Oliveira, apresentou os avanços do projeto Quilombo das Américas, iniciativa da Seppir que articula a intervenção de 23 ministérios, que compõem o Comitê Gestor do Programa.

O programa é coordenado pela Seppir em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República e os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Cultura (MINC) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Além disso, atua em três eixos para garantir a autonomia desta comunidade: acesso à terra e soberania alimentar, inclusão produtiva e desenvolvimento local, direitos e cidadania.

Para Bárbara, o espaço da Reaf é fundamental para ampliar o debate e articular as ações nos países com maior número de comunidades descendentes de escravizados. “O Brasil está levando para o Mercosul uma proposta objetiva para atender à demanda das comunidades quilombolas nos países da América Latina. Articular essa intervenção por dentro da Reaf é fundamental, já que a maioria dos quilombolas é agricultor familiar”,

destacou.

Seminário

Durante o debate do Grupo de Trabalho de Políticas de Gênero foi apresentada a programação do Seminário Melhoramento das Estatísticas para Igualdade de Gênero, ação que busca nivelar o conhecimento sobre a realidade das agricultoras familiares e trabalhadoras rurais no Mercosul. A iniciativa é da FAO, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A diretora de Políticas para as Mulheres Rurais, Karla Hora, avalia como positivo o debate promovido pela seção nacional da Reaf. “A etapa nacional possibilita que todas as mulheres representantes das organizações que participam da Reaf Mercosul pelo Brasil possam se mobilizar e intervir de forma qualificada. Este espaço também é fundamental para avançar na agenda política da superação da desigualdade entre homens e mulheres no Mercosul”, conclui.

Durante a tarde os participantes da seção nacional da Reaf traçaram estratégias de organização para a 18ª Reaf Mercosul. Participaram da seção nacional representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Conselho Nacional das Populações Extrativistas da Amazônia (CNS), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (Inesc).

Economia mexicana cresce mais que o dobro do Brasil – O Globo. 28/10/2012

México avança na América Latina e mostra tentativa de se aproximar da região

Com uma previsão de crescer mais que o dobro do que a economia brasileira este ano, o México passou a fazer parte de um novo bloco — a Aliança do Pacífico, que reúne ainda Colômbia, Chile e Peru — e busca se aproximar da América Latina, num momento em que o Mercosul se vê às voltas com disputas entre o Brasil e a Argentina e a entrada da Venezuela. O avanço na América Latina, no entanto, não deve significar mudança na prioridade da política externa mexicana voltada para os Estados Unidos, apontam especialistas.

Depois de um tombo de 6% na economia em 2009 — a reboque da crise que atingiu os Estados Unidos e o mundo —, o México voltou a crescer em ritmo forte, com a ajuda de exportações de manufaturados, na esteira da recuperação americana. A economia mexicana cresceu 5,5% em 2010, 3,9% em 2011 e deve registrar alta de 3,8% este ano, segundo projeção do Itaú Unibanco. É mais do que o dobro da expansão de apenas 1,54% estimada para o Brasil em 2012 pelo Boletim Focus do Banco Central.

— Historicamente o México cresce menos que outros países da região, mas depois de 2009 a economia vem crescendo bem, com a exportação de manufaturados para os

Estados Unidos. O peso mexicano depreciou e ajudou o país a ficar mais competitivo — afirma o economista do Itaú Unibanco João Pedro Bumachar.

Aliança diplomática

Neste ambiente de expansão econômica, o novo presidente, Enrique Peña Nieto, assume o cargo em dezembro e já demonstrou seu interesse na região com o giro que fez por aqui em setembro e o anúncio de que o Brasil será um dos primeiros países a visitar, já comandando a segunda maior economia latino-americana.

— O novo governo deve manter uma política de um discurso mais aberto com a América Latina, o que ajudará a justificar a mudança de governo. Acredito que Peña Nieto vai tentar retomar uma liderança do México na região, ainda que não acredite em diferença tão grande — afirma o professor do Departamento de Economia da Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) Arturo Guillén.

O professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília Roberto Goulart Menezes concorda que há uma tentativa de Peña Nieto de se voltar para a América Latina, após quase 20 anos de relações mais fortalecidas com os Estados Unidos por causa da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), de 1994.

Alguns analistas, no entanto, são mais cautelosos em relação às ambições do México com a América Latina. Para o coordenador do Grupo de Análise de Conjunturas Internacionais (Gacint) da USP e sócio da Prospectiva Consultoria Ricardo Sennes, há no fundo uma tentativa de retomada de espaço político regional do México, mas ele não acredita em disputa por liderança nem disputa econômica.

— No nível diplomático, pode haver uma disputa de México e Brasil, mas do ponto de vista concreto os países estão correndo em raias diferentes. São as duas maiores economias da região, mas com perfis e estratégias econômicas muito diferentes — diz Sennes.

Na opinião do professor da Unesp Tullo Vigevani, há uma tentativa do México de se aproximar da América Latina, mas sem busca de liderança nem mudança do foco nos Estados Unidos:

— Os governos mexicanos estabeleceram desde os anos 90 que a prioridade das relações com exterior são os Estados Unidos e a Aliança do Pacífico não muda esta tendência.

O novo bloco da América Latina é visto por analistas principalmente como um esforço diplomático para se contrapor à Aliança Bolivariana para as Américas (Alba), que reúne Venezuela, Cuba, Equador, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Antígua e Barbuda e São Vicente e Granadinas.

— A Aliança do Pacífico é mais um movimento político simbólico para afirmar temas gerais como a abertura econômica e se contrapor à Alba. É um acordo com viés mais diplomático — avalia Sennes.

— Não vejo a Aliança do Pacífico como uma nova força no continente — complementa Roberto Goulart Menezes.

Relações com a China

Na mira da Aliança do Pacífico estão as relações com a China, gigante asiático que tem reorganizado as relações no continente latino-americano. O México tem se adaptado a esse novo ator no mercado internacional, que foi visto inicialmente apenas como um grande concorrente.

— O México em certa medida tem se beneficiado do aumento do protecionismo dos Estados Unidos aos produtos chineses. Alguns investimentos têm ido para o México para acessar o mercado americano com a Alca — afirma Tullo Vigevani.

Mais recentemente, com o aumento do custo de trabalho na China, já há empresas voltando a considerar o México como uma alternativa para se estabelecer uma plataforma de exportação. Um dos principais obstáculos para esse movimento, no entanto, é o aumento recente da violência.

— É difícil imaginar que a questão do tráfico não contamine a percepção de estabilidade política e econômica do México. Não é fácil mensurar, mas tem algum impacto na economia — diz Sennes.

A realidade, aponta Arturo Guillén, é que algumas regiões do Norte do país — onde se localizam as chamadas indústrias ‘maquiladoras’ — estão sob controle de narcotraficantes, o que preocupa investidores.

— A violência está afetando a imagem internacional do México — afirma Menezes.

Ministério participa da reunião do CAS no Uruguai – Site do MAPA. 29/10/2012

No encontro, serão debatidas ações para ampliar a posição do Cone Sul como potência agrícola mundial

O secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Célio Porto, representará o ministro Mendes Ribeiro Filho, na XXIV Reunião Ordinária do Conselho Agropecuário do Sul (CAS). O encontro que acontecerá no dia 30 de outubro, em Punta Del Este, Uruguai, reunirá ministros da Agricultura dos países do Cone Sul.

Entre os temas em destaque estão desenvolvimento dos países membros do conselho e ações para ampliar a posição do Cone Sul como potência agrícola mundial. Também durante o evento, os representantes de cada membro do CAS vão apresentar as políticas agropecuárias de seus países, bem como a utilização da biotecnologia agropecuária, perspectivas da agricultura e da vida rural nas Américas em 2013 e a relação entre o conselho e a China.

Compõem o Conselho Agropecuário do Sul, o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Paraguai e o Uruguai. Ainda representando o ministério da Agricultura estarão presentes

o secretário de Política Agrícola interino, Edilson Guimarães, e o diretor da Embrapa, Waldyr Stumpf.

Coordenador

Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa